

Caminhos para a igualdade de gênero entre indígenas e quilombolas

**Miriam Nobre, Neuza Tito e Sonia Coelho
Morna Macleod e Ana María Rodríguez**



Caminhos para a igualdade de gênero entre indígenas e quilombolas

Miriam Nobre, Neuza Tito e Sonia Coelho
Morna Macleod e Ana María Rodríguez



São Paulo 2006

Caminhos para a igualdade de gênero entre indígenas e quilombolas

Publicação da SOF Sempreviva Organização Feminista

Organização: Miriam Nobre, Neuza Tito, Sonia Coelho

Edição e preparação de textos: Morissawa Casa de Edição

Projeto gráfico e diagramação: Teti Santiago

Fotos: Sonia Coelho, Bruna Zagatto, Neuza Tito, Fernanda Estima,
Gláucia Matos e Sérgio Roberto Campos

Apoio para esta publicação: Oxfam

SOF Sempreviva Organização Feminista

Rua Ministro Costa e Silva, 32, Pinheiros

São Paulo/SP - cep 05417-080

fone/fax: (11)3819-3876

endereço eletrônico: sof@sof.org.br

página eletrônica: www.sof.org.br

São Paulo, agosto de 2006

SOF Sempreviva Organização Feminista

S644c Caminhos para a Igualdade de Gênero entre
Indígenas e Quilombolas/Miriam Nobre, Neuza Tito,
Sonia Coelho ...(et al.) - São Paulo : SOF, 2006.
44p.

ISBN 85-86548-12-x

1.Gênero 2.População Tradicional 3. Formação 4.
Indígenas 5.Quilombolas I.Título

CDU – 323.15

Sumário

Apresentação	6
Formação com indígenas e quilombolas na construção de igualdade de gênero	7
POPULAÇÕES TRADICIONAIS E GÊNERO	7
Os desafios a superar	8
Os pressupostos do trabalho de gênero	9
Uma formação construída em processo	11
Um saldo positivo de participação	15
AS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO	16
As mobilizações	16
A escolha dos conteúdos e das maneiras de trabalhá-los	16
Metodologias participativas	17
Os temas trabalhados	20
UMA LEITURA DO PROCESSO E DOS RESULTADOS	25
Como as mulheres indígenas avaliaram o processo	27
Como as mulheres quilombolas avaliaram o processo	29
A contribuição das escolhas metodológicas	32
Alguns avanços a partir das atividades de formação	33
Anexo	34
Um canto pela justiça, um canto pela vida digna	36
O REFÚGIO	36
O RETORNO	39
ETNICIDADE, REFÚGIO E RETORNO	41
AS MÚLTIPLAS NEGOCIAÇÕES ENVOLVIDAS EM SER MULHER, ESPOSA, MÃE E DIRIGENTE	41
OS SONHOS PARA O FUTURO	45

Apresentação

Este Caderno resgata a experiência do trabalho de formação da SOF (Sempreviva Organização Feminista) com organizações indígenas e quilombolas entre 2003 e 2006.

Nesse processo, ampliamos nossa pauta e nossa visão sobre o país. Sentimo-nos desafiadas a contribuir para que as preocupações, análises e formas de agir das indígenas e quilombolas influenciem o movimento feminista que, mesmo com o forte protagonismo das camponesas, ainda tem uma visão muito urbana.

As lutas das mulheres indígenas e quilombolas não estão isoladas das lutas de seus povos, que elas fortalecem, mas não abrem mão de mostrar suas contradições e limites. Também nos sentimos desafiadas a contribuir para que as agendas e formas de atuação dos movimentos sejam influenciadas pelas preocupações e lutas realizadas pelas mulheres.

Durante as atividades de formação ligadas ao projeto, as mulheres da Omir (Organização de Mulheres Indígenas de Roraima) nos ensinaram como prevenir e punir a violência contra as mulheres resgatando as formas de enfrentamento pela própria comunidade. Nesse caminho, elas superaram a negação e a naturalização da violência sexista sem ter como única referência as instituições dos brancos e da sociedade nacional, que tantas vezes representou para seus povos opressão e mesmo violência contra as mulheres.

As mulheres da Aconeruq (Associação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas) construíram conosco os meios de formar e de organizar as mulheres em suas comunidades, muitas vezes as mais distantes, com estruturas as mais precárias, mas com pessoas as mais valorosas. Elas nos ensinaram como dar sentido político e realidade concreta a termos, como etnodesenvolvimento, muitas vezes apresentados como estritamente técnicos.

Temos toda uma pauta de debate ainda não tocada. Há o tema da biodiversidade, em que se inclui a

proposta de alguns povos tradicionais, de estabelecer e negociar patentes em nome da comunidade, em contraposição à nossa visão, contrária aos cercamentos, seja da terra, da água, da semente ou do conhecimento. Outro tema é como fortalecer as alianças entre as indígenas e quilombolas brasileiras com as mulheres dos movimentos indígenas da América Latina, que estão vivendo um momento importante na definição dos destinos dos povos de regiões andinas e da Guatemala e sul do México. Por esse motivo quisemos compartilhar aqui, com as leitoras e os leitores, a história de vida de Ana María Rodríguez, liderança indígena e feminista maia, tão bem contada por Morna Macleod.

A SOF trabalha com formação feminista há mais de vinte anos. E tem sentido a necessidade de escrever resgatando nossas escolhas e os processos que desencadeamos ou de que tomamos parte. Este trabalho é uma parte dessa história. Talvez seja por isso que, mesmo sendo ele tão recente, temos a sensação de se tratar de uma árvore frondosa e firme. Ou talvez porque já aprendemos com as mulheres indígenas e quilombolas uma outra referência de tempo, referência essa que fortalece nossa resistência contra a sociedade de mercado, que acelera o tempo nos ritmos dos fluxos de capital e quer congelar a juventude pela medicalização e pelo consumismo.

Agradecemos as companheiras que contribuíram em diferentes momentos deste trabalho: Ana Emilia Moreira dos Santos, Angela Sacchi, Aninha Pecci, Beth Mindlin, Bruna Zagatto, Claudia Luz, Fernanda Franco, Gláucia Matos, Iranildes Barbosa dos Santos (Olga), Lavina Alves Salomão, Lucia Andrade, Maria Emilia Pacheco, Selma Gomes, Vanessa Caldeira. A toda equipe da SOF e as pessoas da Omir/Cir, Omixuc e Aconeruq.

Miriam Nobre, Neuza Tito, Sonia Coelho
Agosto de 2006

Formação com indígenas e quilombolas na construção de igualdade de gênero

Miriam Nobre, Neuza Tito, Sonia Coelho

POPULAÇÕES TRADICIONAIS E GÊNERO

O trabalho com gênero em populações tradicionais foi inicialmente colocado para a SOF por uma organização parceira, a CPI (Comissão Pró-Índio), que nos convidou a pensar como as mulheres poderiam se envolver com o projeto econômico de beneficiamento da castanha que ela desenvolvia com a ARQMO (Associação dos Remanescentes de Quilombos de Oriximiná), no Pará. Preparamos oficinas junto com a CPI e as realizamos em duas comunidades: uma onde o citado projeto já estava em andamento e a outra onde ele se iniciava.

Nessa experiência, levantamos os problemas existentes para o envolvimento das mulheres e discutimos propostas para superá-los. Ficou evidente que o trabalho doméstico, o cuidado com as crianças e o calendário escolar destes, e o desestímulo por parte dos companheiros eram as principais limitações à participação das mulheres, pois as restringiam cada vez mais ao espaço doméstico, não lhes permitindo maior apropriação do território que haviam contribuído para conquistar.

O trabalho realizado teve muitos pontos em comum com o que a SOF realiza junto a trabalhadoras e trabalhadores rurais,

militantes e lideranças de movimentos sociais ou agroecológicos.

Nossas propostas para ampliar a participação dessas mulheres convergiram com seu desejo de ter uma atividade econômica própria, da qual elas controlassem desde a produção até a renda obtida pela comercialização. Uma dessas propostas foi a de transformação dos ouriços de castanha em belas peças de artesanato que são vendidas em lojas de grandes cidades.

Foi devido a esse trabalho que a Oxfam* nos procurou para desenvolver uma abordagem de gênero no conjunto do Programa Populações Tradicionais, elaborando política e instrumentos, em diálogo com as contrapartes envolvidas, e assim concretizar o objetivo inicial do Programa, de estimular e apoiar a participação das mulheres indígenas e quilombolas como forma de fortalecer a organização de seus movimentos, considerando as especificidades de cada povo e comunidade.

A SOF tinha, por outro lado, interesse em dar prosseguimento ao debate e à construção de propostas para o



* A Oxfam é uma organização não-governamental independente, sem vínculo partidário ou religioso, que trabalha com organizações, comunidades, povos e populações em mais de oitenta países, na busca por soluções duradouras para a pobreza e para a diminuição do sofrimento causado por situações de emergência humanitária.

enfrentamento da violência contra as mulheres no meio rural. (Nos processos preparatórios e de construção de pautas para as Marchas das Margaridas, em 2000 e 2003, havíamos identificado a predominância das referências urbanas para esse enfrentamento, ou seja, equipamentos como delegacias, centros de referência e casas-abrigos.) Esse interesse foi discutido com a ICCO (Interchurch Organisation for Development Cooperation)* no momento de renovação de nosso convênio com ela, que nos propôs considerar também a realidade das mulheres não-brancas e focar nossa atuação nas regiões Norte e Nordeste.

OS DESAFIOS A SUPERAR

O fato de a relação com indígenas e quilombolas ser colocada para a SOF por duas agências de cooperação (Oxfam e ICCO) pareceu-nos um desafio bastante arriscado. Como não eram as próprias mulheres que nos demandavam apoio, o contexto da relação existente entre as comunidades dessas mulheres e as organizações que as assessoram ou as apóiam financeiramente dava os limites de nossa intervenção. Mas confiamos em que, com nossa metodologia, poderíamos realizar nosso trabalho com aquelas organizações que o quisessem e com as quais construíssemos relações de confiança e compromisso.

Outro desafio era como integrar na equipe da SOF um tema novo de trabalho (gênero em populações tradicionais). Para nós, as relações de gênero estão articuladas às de classe e de raça/etnia, e estruturam a sociedade e a vida concreta das pessoas, não se restringindo ao campo das idéias, ou seja, têm uma base



material. Dessa forma, é impossível pensar gênero em abstrato, sem considerar o contexto de vida das pessoas, o que torna obrigatório abranger no debate a questão indígena e quilombola de um modo geral.

Havia, ainda, a questão de termos já uma agenda de trabalho muito extensa, em vista de nossa responsabilidade com o movimento de mulheres em geral. Mas acabamos por entender que o contato com as experiências de luta das mulheres indígenas e quilombolas nos permitiria apreender melhor a realidade nacional. Por outro lado, não se tratava de uma atuação direta nas comunidades locais, mas junto a organizações dos movimentos indígena e quilombola, que têm, em seu próprio objetivo de constituição, o diálogo e a negociação com a sociedade nacional e o Estado, e também com organizações de assessoria, e que, portanto, se espelham nas mesmas estruturas que questionamos pela hierarquia e exclusão das mulheres.

E, por fim, no primeiro contato com as organizações responsáveis pelo Programa, tínhamos de inevitavelmente

* A ICCO é uma organização intereclesial criada para a cooperação pelo desenvolvimento, financiadora de atividades que estimulem e habilitem pessoas para criar, à própria maneira, condições dignas e humanas de vida e habitação.



explicitar o que somos e o que buscamos, pois já no próprio nome da SOF aparece a palavra feminista. Portanto, nesse momento nos tocou, em alguma medida, a responsabilidade de desfazer os preconceitos em relação ao feminismo. E, se existiam nos movimentos iniciativas de auto-organização das mulheres, elas deveriam estar no centro da estratégia para construir uma abordagem de gênero.

OS PRESSUPOSTOS DO TRABALHO COM GÊNERO

A função da divisão sexual do trabalho

Embora, na análise realizada e na atuação de muitas organizações, as relações entre homens e mulheres sejam percebidas como complementares, isso não é verdadeiro para nós. Quando falamos em relações, estamos nos referindo a duas dimensões: as relações concretas entre as pessoas como interação social (de afeto, proximidade) e a tensão existente em torno da divisão sexual do trabalho, que cria grupos sociais (mulheres e homens) com interesses contraditórios, ou seja, com o controle dos homens sobre as mulheres e sobre o trabalho que elas realizam.

A divisão sexual do trabalho está no centro das relações sociais de gênero e é sua base material. Ela possui um princípio de separação – determinadas tarefas e funções são consideradas masculinas e outras, femininas – e um princípio de hierarquia – as tarefas e funções realizadas pelos homens são consideradas mais importantes e são mais valorizadas.

Não se mudam as relações de gênero somente com propaganda e seminário. Isso requer a transformação das bases materiais de organização da sociedade, as quais se fundam na relação desigual entre mulheres e homens. Por exemplo, para que nossa sociedade, como é hoje, funcione, as mulheres precisam

realizar uma enorme carga de trabalho sem dividi-la com seus companheiros ou demandar serviços do Estado. Se as matas em torno de uma comunidade foram devastadas e a fonte de água próxima secou, isso não aparece como um grave problema, porque as mulheres acordarão mais cedo e caminharão mais tempo para conseguir lenha e água. Essas tarefas são consideradas naturais da mulher; sua realização é vista não como um trabalho, mas como uma afirmação do ser mulher e de sua dedicação às pessoas que ela ama. É preciso questionar o fato de que o cuidado e o trabalho reprodutivo sejam responsabilidades só das mulheres para que essa sobrecarga seja reconhecida como uma injustiça.

O entrelaçamento das relações sociais

Não se pode pensar as relações sociais de gênero, classe e raça/etnia de forma dissociada, nem atribuir mais importância a uma ou a outra. A experiência, os desafios, as possibilidades de uma mulher negra que vive do que cultiva na terra não são os mesmos de uma mulher branca empresária. Ao mesmo tempo, uma mulher negra rural não é primeiro mulher, depois negra e depois rural; em momentos diferentes a combinação das várias facetas de sua identidade se expressa de forma diversa, ficando uma mais iluminada que as outras. Por exemplo, uma mulher pode se reconhecer como quilombola, quando está lutando pelo reconhecimento de sua terra, como trabalhadora rural, quando vai ao STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) para tratar do auxílio-maternidade, e como quebradeira de coco, quando está reivindicando um preço melhor para o óleo de coco-de-babaçu. Portanto, a identidade está relacionada com nossa experiência de vida, com nossas relações de pertencimento e lutas.

Como as relações de gênero estruturam o conjunto, não há separação entre geral e específico. Não podemos dizer que

as reivindicações relacionadas a saúde reprodutiva e violência sexista estão vinculadas exclusivamente a gênero, e que as de terra e território, apenas a classe e raça/etnia. Por exemplo, as indígenas e as quilombolas revelam, em suas análises e reivindicações, a vontade de autonomia das mulheres e de suas comunidades: aprender a se comunicar em português, além do idioma de seu povo, valorizar o artesanato que fazem, combater a violência doméstica e sexual, e também são ativas na luta pelo território. Mas não se pode dizer que uma dessas conquistas assegura as demais. Como as relações são entrelaçadas, é real que, para diminuir a sobrecarga de trabalho das mulheres ou sua exposição à violência do homem branco, é fundamental a conquista do território. Porém, se não forem vistas como sujeitos, elas podem não se apropriar do território de seu povo.

Um dos impactos da relação das mulheres quilombolas e indígenas com o mundo dos brancos é a separação dos núcleos familiares em casas individuais e o confinamento das mulheres no espaço doméstico. As quilombolas, quando responsabilizadas prioritariamente pelo trabalho doméstico, só conseguem coletar castanha ao redor da casa. Aos poucos, vão deixando de ir mata adentro, passando a desconhecer as castanheiras, seus caminhos e o próprio território de sua comunidade. Já as indígenas que coletam andiroba nos limites de seu território estão assegurando sua integridade ao perceberem e evitarem a entrada de invasores.

A construção do sujeito político

Quando pensamos as relações de gênero como um problema técnico, as estratégias têm no centro a figura da especialista, da técnica; quanto melhor for a capacidade desta de analisar o

problema, de propor indicadores que o descrevam e os instrumentos para atuar sobre ele, melhor será sua resolução. Quando avaliamos as relações de gênero do ponto de vista político, o objetivo está na mudança da correlação de forças que mantém desigual uma dada situação, ou seja, o centro da análise e da atuação está na construção do sujeito político que opera essa mudança, que, no nosso caso, são as mulheres indígenas e quilombolas. Mas é impossível construir um sujeito político forte pela imposição externa. Para serem protagonistas, essas mulheres têm de analisar sua situação e construir estratégias para mudá-la. Sua maneira de ver e atuar para a transformação deve fazer parte do movimento de mulheres, para que sejamos todas mais fortes. Somos parte do movimento de mulheres, compartilhamos experiências comuns enquanto tais, como a responsabilidade com a casa e os filhos, que limitam nossas possibilidades no trabalho e na militância, e somos vítimas da violência sexista porque todas mudamos nossos comportamentos ou limitamos nossa expressão por medo de nos expormos a situações de risco.

A afirmação das mulheres e de sua vontade de viver plenamente tem de ser parte da



agenda e das preocupações de seus povos e organizações. Quando elas estão juntas na luta e participam dela por inteiro, como protagonistas, o povo é mais forte. Quando são sujeitos de suas próprias vidas e da vida de seus povos, as indígenas e as quilombolas põem em questão o argumento de que o debate de gênero é uma imposição externa.

Esse argumento se justifica por um pressuposto de que as culturas são frágeis e não resistem à interferência externa. Nós, no entanto, entendemos que a cultura é um processo histórico vivo e que as populações chamadas tradicionais reelaboram o mundo exterior. É certo que a violência da expansão capitalista sobre os territórios dessas comunidades tem como uma de suas estratégias minar a cultura e a tradição dos povos que as compõem. E as mulheres atuam muitas vezes como guardiãs dessa cultura. Mas isso não justifica os discursos de que a igualdade entre mulheres e homens é um projeto externo, imposto, e que contribui para criar cisões dentro do grupo e enfraquecê-lo.

Também não concordamos com uma forma de manifestação de preconceito racial/étnico que coloca os homens indígenas e quilombolas inferiorizados em relação aos homens brancos intelectuais. De acordo com essa visão, os primeiros seriam mais agressivos, mais próximos da natureza (mais instintivos) e mais distanciados da cultura em que estariam assentados os princípios da igualdade de gênero. Além de preconceituosa, essa é uma visão linear da História, segundo a qual as mulheres foram mais oprimidas no passado e essa opressão foi diminuindo com a modernidade e o progresso, tendendo a desaparecer, se é que isso já não teria acontecido nas camadas intelectualizadas. Homens indígenas e



quilombolas, assim como brancos e negros, rurais e urbanos, expressam suas resistências a compartilhar recursos, poder, tempo de lazer e conhecimento com as mulheres. Só um compromisso radical de superar todas as formas de injustiça em nossa sociedade, incluindo as pessoais e cotidianas, pode alterar nossas análises e práticas.

UMA FORMAÇÃO CONSTRUÍDA EM PROCESSO

No primeiro trabalho conjunto com a Oxfam, que consistiu em um levantamento bibliográfico e entrevistas com as parceiras quilombolas, foram apontadas três vertentes: 1) o conhecimento das relações de gênero por essas populações; 2) o diálogo sobre as questões de gênero com homens e mulheres; e 3) o fortalecimento das mulheres indígenas e quilombolas como protagonistas desse processo.

Nesse primeiro momento, revelando insegurança para tratar de um tema novo e encarar os desafios colocados, enfatizamos o estudo e a apropriação do saber acadêmico. Escrevíamos: “desafios no âmbito teórico”, “conhecer a fundo”, “avaliar que instrumentos de análise são necessários a um diagnóstico das relações de gênero”. Havia, assim, de nossa parte, uma resistência que se manifestava pela exigência da especialização, com a alegação de o assunto populações tradicionais ser muito complexo. Sem desconsiderarmos a importância de conhecer o contexto e da abertura para a relação com outras mulheres e para outras experiências, mitificávamos a necessidade de conhecimento prévio à atuação. Isso não significa que não tenhamos aprendido muita coisa, pois acabamos percebendo os limites de nossas referências e metodologias. Mas superar

esse receio inicial foi importante para a realização deste trabalho.

No plano de ação de 2004-2005, as estratégias propostas foram:

- aprofundamento político-conceitual do debate com as contrapartes, centrado no tema dos direitos;
- acompanhamento sistemático de algumas organizações dos movimentos indígena e quilombola a partir de suas pautas;
- mobilização de recursos de outras instituições para a produção e a qualificação de informações sobre indígenas e quilombolas que contenham uma perspectiva de gênero;
- avanço na construção de uma metodologia de formação em gênero com populações tradicionais, em diálogo com as organizações parceiras que estão oferecendo formação.

Essas estratégias foram construídas para responder às questões-problemas identificadas inicialmente: a necessidade de construir marcos de referência analítica; o diálogo com movimentos indígenas e quilombolas; o diálogo com organizações parceiras de assessoria; a produção de informação; e a atuação pela formação. Dessas estratégias, as que de fato desenvolvemos foram as pertinentes à formação construída em processo com organizações do movimento. Seguimos dialogando com organizações de assessoria, como a CPI e o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), mas o diálogo com o conjunto das ONGs parceiras não esteve no centro de nossa atuação e, talvez por isso, não demos seqüência à estratégia sobre produção de informações, que exigia consolidar parcerias com disposição e possibilidades para fazê-lo.

O trabalho de formação foi realizado em três níveis: o primeiro envolvendo

todas as organizações interessadas para sensibilização e intercâmbios mediante uma oficina, no início, e um seminário, no final do Plano; o segundo foi de aprofundamento do trabalho de formação de lideranças em duas organizações (Aconeruq* e Omir/CIR**); e, por fim, o terceiro, foi o de debate interno à equipe da SOF e parceiras.

Quebrando resistências

Um resultado importante de nossa atividade foi a quebra da resistência inicial do grupo. Em nossa experiência na atuação com ONGs agroecológicas, percebemos que a resistência em trabalhar as questões de gênero é muito maior da parte dos técnicos e das técnicas do que das camponesas e camponeses. Existe um mito de que esse trabalho implica o risco de provocar uma tal desestruturação da família e da comunidade das pessoas que participam a ponto de estas serem levadas ao isolamento ou à degradação.

Os temas de debate são importantes: de quem é o apego à tradição – da comunidade, de quem nela atua, de lideranças ou de técnicos do mundo externo? Em que aspectos vale a tradição – na organização da vida econômica, no acesso a bens de consumo ou na manutenção de relações hierárquicas?

Sabemos que a tradição é criada e renovada expressando o arranjo de forças entre aqueles que dela participam. Sabemos, também, que muitas vezes a tradição e o costume são o último ponto de referência identitário de um povo que já foi expropriado de sua terra e de sua língua. Mas a responsabilidade das mulheres como guardiãs da tradição pode ser, ao mesmo tempo, sua força na comunidade e uma limitação à sua autonomia pessoal.



* Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão.

** Organização das Mulheres Indígenas de Roraima/Conselho Indígena de Roraima.

Flexibilidade na abordagem

Um dos riscos da insegurança no desenvolvimento de um trabalho é nos aferrarmos às poucas certezas que temos e perdermos a amplitude da visão. Evitamos esse risco mantendo a flexibilidade no desenho das estratégias e na revisão dos resultados previstos, pondo mais ênfase nos processos do que nos produtos. Lembramos que o produto inicialmente desejado era a elaboração de uma política para a abordagem transversal de gênero com desdobramentos na atuação das contrapartes do Programa Populações Tradicionais da Oxfam, contrapartes estas de naturezas distintas, como movimentos sociais e organizações de assessoria. Esse produto não foi alcançado em sua totalidade, porém mantivemos no horizonte os resultados esperados do Programa, ou seja:

- as organizações e os representantes indígenas e quilombolas são ouvidos e suas opiniões são levadas em consideração pelos governos e instituições no processo de elaboração, decisão, implementação e avaliação de políticas que os afetam;
- as mulheres indígenas e quilombolas participam dos processos organizacionais internos, assim como nos processos de decisão, planejamento, implementação e avaliação das políticas, programas e demais ações que lhes dizem respeito.

Ao construirmos a estratégia, acabamos fazendo um investimento maior nas organizações dos movimentos, o qual também foi maior da parte destas. Nossa proposta foi acordar a forma de execução do plano de trabalho na Oficina Gênero e Populações Tradicionais, para a qual todas as contrapartes foram convidadas. Das organizações do movimento nenhuma esteve ausente, enquanto, das de assessoria, duas estiveram presentes e três não. Esta é uma



questão mais colocada para os movimentos, provavelmente porque há um interesse e uma demanda das mulheres que deles participam. Avaliamos que, de maneira geral, os processos vindos dos movimentos – estes interpelando as organizações de assessoria com temas e questões – são mais sólidos do que o contrário.

Superando os empecilhos de linguagem

É importante propiciar espaços para que indígenas e quilombolas reflitam coletivamente sobre suas experiências e sobre como se situam no contexto político e social, e formulem suas demandas e projetos. Com esse propósito, tentamos nos afastar ao máximo das formas não-indígenas de “ler” o mundo, pois a maneira de formular a pergunta que orienta um momento do debate ou uma dinâmica delimita os conteúdos que virão como resposta. Por exemplo, nossa leitura sobre o tempo, dividido entre tempo de trabalho e tempo livre, e separado da noção de espaço, diz pouco para várias culturas, assim como aquela sobre a demarcação das fases da vida (infância, adolescência, idade adulta e velhice), e sobre a separação entre o tempo da vida de um indivíduo e os tempos da comunidade ou dos ciclos da natureza.

Outro ponto importante são nossas medidas para aferir se as mulheres estão integradas ao trabalho e participando. Um medidor geralmente é a fala: um grupo que funciona bem é aquele em que todas falam e se escutam, mas essa pode não ser uma medida para grupos em que falar demasiado seja algo desvalorizado. Quando trabalhamos com mulheres guaranis, sentimos fortemente o empecilho da língua: os minigrupos em que elas se comunicam em sua língua materna são muito importantes, mesmo que, ao final, tenhamos





pouco material para processar no grupo grande ou para registro.

O trabalho focado em duas organizações nos pareceu acertado, pois pudemos construir uma experiência concreta de formação que funcionou como referência. Os aprendizados e desafios dessas duas experiências são relatados adiante.

Os momentos de intercâmbio mais amplo foram avaliados de forma bastante positiva. A primeira oficina foi considerada uma oportunidade para as mulheres de exporem suas idéias sem interferência e de se fortalecerem para sua atuação cotidiana; as/os participantes entenderam a discussão tanto pela metodologia como pela linguagem utilizada, e as dúvidas foram sanadas, embora tenham sido percebidas as dificuldades próprias da discussão das questões de gênero. Isso foi possível porque as análises foram sendo construídas coletivamente, partindo das experiências, das falas, das esculturas e das expressões corporais de todas/todos.

O principal saldo dessa oficina foi iniciar a discussão de gênero de forma a não criar resistências, desmistificando a impossibilidade de tratar esse tema com populações tradicionais. A avaliação de

todas/todos as/os participantes foi muito positiva e, em sua fala final, um dirigente indígena expressou que, embora seja difícil, não é impossível abordar o assunto gênero.

O seminário possibilitou uma aproximação das/dos participantes, na medida em que permitiu perceber que a luta é a mesma, mesmo levando-se em conta as especificidades de cada lugar. Além de militantes dos movimentos indígena e quilombola, participaram integrantes dos movimentos de mulheres, de mulheres camponesas e de mulheres negras. As realidades das populações indígenas e quilombolas foram debatidas a partir da experiência de luta das próprias mulheres e inseridas em uma visão nacional. E a continuidade do trabalho foi apontada como fundamental.

Um desdobramento importante dessas atividades deu-se na Omixuk (Organização de Mulheres Xucuru Kariri), de Palmeira dos Índios, Alagoas. Essa instituição almejava realizar um trabalho com mulheres, mas suas integrantes tinham dúvidas de como fazê-lo. Seus primeiros contatos com organizações de mulheres e de mulheres indígenas não tinham sido muito proveitosos. Um novo impulso lhes foi dado no espaço da oficina e dos seminários, nos quais elas apresentaram muitas concordâncias em relação aos demais temas, pois não separavam a luta das mulheres das demais lutas de seu povo, mas aguçaram o olhar crítico sobre as formas de exclusão das mulheres.

Nas atividades de formação de lideranças mulheres localizadas na Aconeruq e na Omir, tivemos como resultados principais o fortalecimento do trabalho de base e a valorização da fala e da experiência das mulheres. Fortalecidas, elas perceberam um maior respeito dos companheiros.

Nessas duas organizações, as militantes têm a percepção de que sua força vem da consolidação do trabalho de mulheres

desde a base. Estruturamos o trabalho para responder a essa percepção tão valiosa. Destinamos recursos para viagens de mobilização e acompanhamento do processo nas comunidades, construímos coletivamente os instrumentos para o trabalho local: a cartilha e o plano de ação. Preparamos os cursos com elas, que pautaram os temas: violência, etnodesenvolvimento e políticas públicas (controle social, acesso). A cartilha *Um futuro sem violência* expressou a fala das mulheres e, mais que isso, a estratégia que elas desenharam centrada nas regras das comunidades. Nesse processo, elas vivenciaram o respeito às suas opiniões e a autonomia de pensamento.

Esses cursos só foram possíveis porque combinamos recursos da Oxfam e da ICCO. E um dos aspectos que trabalhamos neles foi a análise do orçamento e de como os recursos eram gastos. No caso da Omir, foram as mulheres da organização que gerenciaram os recursos de transporte e alimentação.

UM SALDO POSITIVO DE PARTICIPAÇÃO

Com a CPI, seguimos no debate a respeito do desenvolvimento e da visão das mulheres sobre o futuro das comunidades, em oficinas que realizamos com mulheres guaranis, em uma reunião de intercâmbio sobre economia solidária e na oficina Mulheres Quilombolas e Desenvolvimento Sustentado. Também nos encontramos com mulheres quilombolas em atividades sobre etnodesenvolvimento e extensão rural organizadas pelo PPIGRE (Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia) e pela SAF (Secretaria da Agricultura Familiar), ambos do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Na Conferência de Políticas Públicas



para as Mulheres, realizada em Brasília, em julho de 2004, discutimos com militantes do movimento de que participamos – a Marcha Mundial das Mulheres – o apoio à demarcação contínua da Reserva Raposa Serra do Sol e, junto com as mulheres da Omir, recolhemos as assinaturas necessárias à apresentação de uma moção em plenário.

No 8 de março de 2005, como integrantes da Marcha Mundial das Mulheres, organizamos o lançamento da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade e começamos uma colcha-de-retalhos que expressa as visões das mulheres de um mundo com igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz. Tivemos uma companheira indígena presente nesses momentos, assim como companheiras indígenas e quilombolas participando do I Encontro Nacional da Marcha Mundial das Mulheres, realizado em Belo Horizonte, em maio de 2006.

Em outubro de 2005, encontramos mulheres das organizações indígenas na Assembléia Popular Mutirão por um Novo Brasil, que reuniu militantes de vários movimentos sociais para refletir sobre o que queremos para o nosso país.

Em todos os espaços políticos onde atua, como ONG ou como Marcha Mundial das Mulheres, a SOF almeja ampliar a discussão e a participação das companheiras indígenas e quilombolas que conhecemos e com as quais convivemos nesse processo. Elas se mostraram muito abertas para conhecer e se integrarem em outros processos, ampliando sua visão com uma dimensão nacional.

Esse viés da participação das mulheres indígenas e quilombolas em outros processos em que a SOF está inserida tem de ser mais trabalhado. E essa é a possibilidade que temos de continuidade dessa relação, considerando os limites de atuação da SOF determinados pela distância e pela falta de recursos.

AS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

Foram realizados quatro Cursos de Formação para o Fortalecimento das Mulheres Lideranças Quilombolas e Indígenas, sendo dois com a Aconeruq e dois com a Omir/CIR. Após levantamento diagnóstico e participação em atividades junto com as duas entidades, definiu-se como prioridade dos cursos fortalecer ações que vinham sendo realizadas no trabalho com as mulheres. Com a Omir/CIR, articulamos o fortalecimento da organização com o trabalho contra a violência sexista que elas estavam desenvolvendo. Com a Aconeruq, a tônica foi o fortalecimento da Secretaria de Articulação de Mulheres Negras Quilombolas e também das mulheres das comunidades.

O enfoque sobre temas que já haviam despertado interesse nas comunidades, na construção dos cursos, deu concretude a nossa ação. Aportando informações sobre os temas e levando nossa experiência no trabalho de formação com as mulheres, fomos coletivamente dinamizando as formas de organização já presentes nas instituições e fortalecendo o trabalho com as mulheres.



AS MOBILIZAÇÕES

Para a construção dos cursos foram realizadas mobilizações por lideranças das duas entidades, que trabalharam diferenciadamente: na Omir, como as participantes eram as coordenadoras regionais, a tarefa era apenas de divulgação; no caso específico da Aconeruq, a escolha das participantes foi feita em reuniões nas comunidades. Como o interesse era maior que o número de vagas possíveis, foi necessário estabelecer critérios. Essas reuniões foram importantes para a divulgação da recém-criada Secretaria da Mulher.

Nesse momento, as representantes das organizações exercitavam formas de organização de planilhas de custos e a definição dos critérios para a seleção das participantes, e faziam os demais preparativos para a realização dos cursos. Assim, as mobilizações cumpriram duplo papel: o de selecionar as mulheres para os cursos e reuni-las para discutirem temas inerentes às entidades, e o de ressaltar a importância da organização das mulheres em suas lutas gerais.

A ESCOLHA DOS CONTEÚDOS E DAS MANEIRAS DE TRABALHÁ-LOS

Os conteúdos abordados foram previamente discutidos com as coordenadoras da Omir e da Aconeruq, considerando suas expectativas em relação ao fortalecimento que o curso poderia proporcionar a partir dos trabalhos que elas vinham desenvolvendo. O objetivo da SOF foi o de que os cursos tivessem sentido e utilidade para a vida daquelas

mulheres e possibilitassem um processo de ensino-aprendizagem de mão-dupla. Esse foi um aspecto que procuramos acordar desde o início nas conversas com as duas entidades. Tais princípios deveriam ser preponderantes, já que pensar a integralidade e a não-fragmentação dos conteúdos e ensinar aprendendo fazem parte de nossa visão de formação, além de pelo fato de se tratar de uma experiência com um público novo.

Um aspecto importante dos cursos foi a forma de trabalhar os conteúdos tendo como preocupação central olhar para a vida e a experiência dessas mulheres e seus aprendizados, lutas, as discriminações e as formas de resistência a elas e, por esse caminho, valorizar saberes e também refletir sobre o processo de desigualdade vivido.

Desse modo, para nós, o cotidiano é o ponto de partida para a compreensão de realidades mais complexas. A fala de cada uma permite socializar experiências, buscando compreender as causas comuns de problemas e as diferenças, e construir saídas coletivas.

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

Por esse processo coletivo de mobilização e pelo acordo na forma de atuar e de abordar os temas, os cursos foram iniciados, trazendo expectativas, alegrias e muitas novidades que passamos a descrever.

O público dos cursos foi bem diverso: mulheres jovens, adultas e mais idosas; algumas não dominavam a escrita e a leitura, outras eram professoras. No caso das quilombolas, elas vieram de diferentes lugares e muitas não se conheciam; algumas estavam saindo do quilombo pela primeira vez para participar de uma atividade de formação. As mulheres indígenas, por serem coordenadoras regionais, estavam mais acostumadas a participar e a desenvolver



atividades juntas, e já chegaram mais desinibidas. Entre elas também havia jovens.

Para dar conta dessa diversidade, foi fundamental a observação das reações dos grupos. Era preciso construir um clima de confiança, desde o início, para que todas se sentissem parte daquele momento e, apesar das diferenças de idade e de escolaridade, pudéssemos trabalhar de forma a fazer que todas se sentissem contribuindo e valorizadas em seu saber. Em relação às jovens, o cuidado foi para que elas se sentissem à vontade em sua expressão perante as mais velhas.

Apurando o olhar e a observação: os sentimentos do grupo

A metodologia tece os fios dos sentidos, das experiências, das histórias, das alegrias, dos choros, da organização, da observação, dos textos, das expressões do corpo. Juntos, esses fios tramam um tecido em que a formação acontece provocando processos individuais e coletivos.

Em um trabalho com público tão diverso, prestar atenção ao que acontece entre as pessoas pode ser a chave para o bom andamento das atividades. Uma das integrantes deu-nos um exemplo disso: tinha ótima atuação no trabalho em grupo e mostrava-se à vontade nos momentos de integração, mas, na hora da síntese do tema trabalhado, feita geralmente de forma dialogada, ela se afastava do grupo e se fechava em silêncio, não conseguindo responder às perguntas que lhe eram dirigidas. Indagada sobre essa sua atitude, revelou que, na reunião da comunidade, ao comunicar sua intenção de vir ao curso, fora questionada sobre por que fazê-lo, já que, sendo burra, não teria capacidade de aprender nada. E, após essa revelação, ela desabou em choro. Naquele momento, a resposta do grupo foi dar-lhe um abraço coletivo.

O questionamento e a depreciação das lutas e da participação das mulheres foram relatados por várias outras integrantes. Ficou explícita, durante as discussões, a grande cobrança que enfrentam quando saem de suas comunidades quanto ao retorno que elas e suas famílias terão com essa participação, já que precisam ter boas razões para deixarem os filhos e as filhas, os maridos e o trabalho doméstico.

Trabalhando informações não-verbais

A chegada, primeiro momento de contato com o grupo, era a oportunidade de se apresentarem e de socializarem suas expectativas. Essa era a primeira forma de construir a confiança mútua e a integração, que se manifestava por meio de desenhos, em pequenos grupos, ou de um objeto significativo. Usamos várias formas de expressão nas apresentações, criando situações que contribuíram para a compreensão da metodologia participativa que seria aplicada durante o curso e também importante para desinibir as participantes. Ali também se estabeleceu um espaço para percebermos como as mulheres se viam, seus desejos pessoais e os resultados que elas queriam levar para suas comunidades.

"Eu nunca havia saído do quilombo para nenhuma atividade de formação. No curso, eu cheguei e fiquei só olhando. A forma como o curso foi sendo dado foi fazendo com que eu perdesse o medo de falar. Todas falavam de suas vidas nos quilombos, era muito parecido. Tudo que era falado tinha sentido para a vida da gente, e todas entendiam".

As dinâmicas, mais que somente descontração, propiciam o uso de outras formas de expressão além das linguagens oral e escrita. Os trabalhos corporais contribuem para fazer aflorarem os conteúdos que às vezes não se manifestam por essas



linguagens. Um exemplo interessante de como eles complementam as informações e o conteúdo surgiu no momento de discutir a história do trabalho e da divisão sexual do trabalho. Os grupos sentiam dificuldade de definir o trabalho das mulheres na comunidade, e percebeu-se que muitas atividades não apareciam nos relatos. Como fazê-las emergir? Pedimos que fizessem um círculo e interpretassem os movimentos do trabalho: uma iniciava e as outras repetiam os movimentos e, com isso, fomos listando um a um os trabalhos do dia-a-dia das mulheres na comunidade. Importante, também, nesse método, foi o fato de algumas participantes mais caladas se integrarem intensamente.

Todos os conteúdos eram introduzidos a partir de trabalhos em grupos. A formação dos agrupamentos era diferenciada: ora por comunidades, ora por faixa etária, ora aleatória. Esse procedimento permitiu-nos perceber como as dimensões de geração, de maior envolvimento em movimentos e de afinidades locais produziam leituras diferenciadas de um mesmo tema, gerando uma riqueza de detalhes sobre o processo de experientiação dessas mulheres.

Após cada intervenção das mulheres pela apresentação dos trabalhos de grupos, o tema estudado era colocado ao conjunto das participantes. Por meio de exposição dialogada, os conceitos de gênero, divisão sexual do trabalho, violência e naturalização da desigualdade eram questionados, buscando-se produzir reflexões sobre a vida e a vivência em comunidade.

Fazendo fluir a comunicação

Outra preocupação sempre presente foi com a linguagem. Procurávamos ir traduzindo o significado das palavras e exemplificando os conceitos, de modo a fazer





fluir o entendimento sobre o tema trabalhado. Também perguntávamos sobre o significado de palavras, principalmente indígenas, que nos eram menos familiares. Esse procedimento foi ressaltado durante a avaliação do curso e considerado muito positivo, pois as explicações em linguagem simples e acessível contribuíram para que as pessoas pudessem se soltar e falar sem constrangimentos, facilitaram a compreensão dos conteúdos e foram importantes para que as mulheres saíssem confiantes de que poderiam, considerando os limites e acúmulo de cada uma, reproduzir aqueles conteúdos junto às suas comunidades.

A importância do algo escrito

O uso das diferentes formas de linguagem, do corpo ao papel e de volta ao corpo, incorpora a sistematização escrita como parte importante do processo formativo. Para essas mulheres é fundamental ter conteúdos sistematizados, dados estatísticos que as possam subsidiar em ações formativas na comunidade ou, por que não, servir de recordação concreta do vivido. Assim, levar consigo algo escrito torna-se uma prova da participação. Isso é importante na comunidade, pois às vezes alguns membros questionam sobre o que elas mulheres estão fazendo fora dela, julgando ser mentiras suas justificativas. Os resumos postos na lousa ou no papel eram valorizados: copiavam tudo em seus cadernos. Mesmo as que não dominavam a escrita pediam às outras que copiassem para elas.

Uma indígena ressaltou a importância da escrita, que, segundo ela, embora sempre tenha sido arma do branco contra os índios, pode ser também instrumento de luta para elas. Uma outra afirmou: “Ter anotações dá a idéia de estar carregando as palavras”.

Contando histórias

Contar histórias, cantar cantigas e exibir danças também fizeram parte da metodologia de linguagens dos cursos. Por meio dessas atividades muitas informações sobre as formas de resistência cotidiana na luta pela terra e sobre o processo de expropriação da cultura apareceram e foram incorporados nas ações formativas. A história contada por uma quilombola é uma demonstração do aprendizado cotidiano dessas mulheres que, enquanto lutam pela sobrevivência diária, embora correndo riscos, mantêm vivas a luta e a resistência por seu território.

“Chegamos aqui pensando que este curso seria um bicho-de-sete-cabeças, mas não foi. Queremos vir no próximo, continuar mudando, superar a timidez e falar ainda mais”.



Duas amigas foram pescar no igarapé, como sempre haviam feito na vida. As terras que cercam o igarapé e os babaçuais dos quais elas catam o coco para quebrar e vender foram cercados por um fazendeiro que alega ser o dono. Quando estavam pescando, cada uma com sua varinha, eis que chegou um capataz de “olhos azuis” apontando-lhes uma arma e perguntando: “O que vocês estão fazendo aqui nestas terras? Não falei que não é mais para pescar aqui?” Sem nem sequer mover as varinhas da água, uma respondeu: “Nós estamos pescando. Afinal não foi você quem criou este igarapé; foi a natureza, e pertence a quem quiser pescar. Só vamos deixar de pescar aqui quando este igarapé secar”. O capataz continuou empunhando a arma e ameaçando. As duas respondiam a tudo sem demonstrar medo, até que, aos pouquinhos, ele foi abaixando a arma e falando mais calmo. Foi quando elas o convidaram: “Por que você não vem pescar aqui? Tem tanto peixe”. Ele balançou a cabeça, dizendo: “Ah! Essas mulheres teimosas”. E entrou no carro e foi embora.

Como esta, outras histórias foram contadas em que as mulheres desafiavam os fazendeiros e os jagunços, passando por cercas para catar coco e lenha. O significado disso é que viver nas terras onde elas e seus antepassados nasceram e se criaram continua sendo, ainda hoje, um ato cotidiano de resistência. No entanto, essas formas de resistência utilizadas pelas mulheres não são percebidas como tais nem por elas nem pelo conjunto da comunidade. Se o trabalho de buscar a água e garantir alimento e algum dinheiro para o sustento da família é das mulheres, são elas que enfrentam cotidianamente a repressão dos fazendeiros. Histórias como essa são importantes para trabalhar a participação das mulheres nas lutas da comunidade, desde que elas percebam que representam uma forma de resistência e contribuem para o avanço da luta pelo direito à terra.

A atividade de contar histórias revelou também a influência da religião cristã nas comunidades, na mudança dos costumes, e a falta de interesse, principalmente das jovens, nas danças rituais dos povos.

Esses momentos ajudaram na compreensão das diferentes formas de apropriação da cultura e permitiram viver a formação como um processo em que usamos todo o corpo, seus sentidos e formas de expressão. Dessa forma, partir da experiência não significa desvalorizar os conteúdos e o aporte teórico. Entendemos que todo conhecimento é produzido pelas pessoas em seu fazer/ser cotidiano. Ao ser sistematizado, ele toma outras formas de apresentação – livros, teses, e assim por diante – e passa a legitimar outros espaços. Legitimar a experiência e os saberes dos espaços dessas mulheres é reconhecer a produção social do conhecimento como humana e, portanto, que este deve estar ao alcance de todos e todas.



Ao final de todos os cursos, realizamos exercícios práticos em torno de um plano de ação para trabalhar a formação e a ação na comunidade. Entendemos que essa seria uma forma de materializar os conhecimentos construídos e de estimular as mulheres para que, em seu retorno às comunidades, cada uma estivesse portando mais insumos a fim de iniciar ou continuar suas ações na comunidade. No início, foi comum elas dizerem que não conseguiriam, pois seria muito difícil, mas, no final, os grupos sempre surpreendiam, não somente a nós mas a eles mesmos.

OS TEMAS TRABALHADOS

Os cursos se propuseram fortalecer as mulheres indígenas e quilombolas. Fortalecer em quê? Como? Qual o alcance possível de uma ação de formação nesse sentido? Iniciamos a organização dos cursos com essas questões em mente.

Os temas centrais das atividades foram sendo organizados de forma que as mulheres construíssem sua trajetória a partir de seu espaço, a comunidade. Iniciamos pela exploração do eu: quem sou? Que lembranças trago das fases de minha vida? Eu no meu espaço: como é este meu lugar? Como minha trajetória acontece neste lugar? Onde estou eu neste lugar?



A naturalização da divisão sexual do trabalho

A análise das relações de gênero ajuda a abrir o caminho para a compreensão dos mecanismos que estruturam e mantêm a opressão. Certos aspectos, como o papel da mulher na família, os tipos de trabalho que lhe são destinados, o trabalho doméstico e o cuidado com crianças e idosos, o exercício da sexualidade, a relação com o corpo, a violência sofrida, são geralmente tratados como se pertencessem à esfera da vida privada e como coisas menores, desvinculadas de todo o processo e contexto de desigualdade, opressão e exploração. A análise desses aspectos propicia a compreensão de que o que se vive na família e nas relações interpessoais faz parte das relações sociais e de poder que estruturam a sociedade, e, portanto, não é um problema individual de cada mulher, mas sim um processo histórico, que pode ser transformado e reconstruído. Essa análise abre a possibilidade de as mulheres se verem como pessoas capazes de mudar a si mesmas e a realidade em que vivem, gerando uma visão integral e articulada de todos os processos sociais.

O início da conversa sobre a participação da mulher na comunidade foi a construção coletiva da vivência das mulheres em seus espaços de atuação. Organizados os grupos por comunidade, as participantes construíram uma maquete do lugar onde vivem com

massa de modelar e foram reconstruindo a história de seus grupos e identificando a vida das mulheres e sua relação com tudo isso. Esse exercício permitiu-lhes perceber que a falta de infra-estrutura – como água, luz e escola – nas comunidades as onera muito mais que aos homens e acirra as desigualdades de gênero. Ao comparar suas vidas com as de mulheres de outras comunidades, elas foram identificando pontos em comum na forma como enfrentam as dificuldades e lutam por uma vida melhor.

Com base nesse olhar sobre a comunidade, iniciamos o trabalho considerando cada aspecto da vida dessas mulheres. Com relação à divisão sexual do trabalho, o objetivo foi verificar de que modo ela se dá em comunidades indígenas e quilombolas. Os conteúdos trazidos, pelas indígenas e quilombolas, mostraram que se assemelha com a realidade das mulheres no meio rural. As mulheres perceberam que os homens, por mais pobres e explorados que sejam, ainda têm vantagens, como, por exemplo, a de não terem sobrecarga de trabalho e a de não sofrerem a violência que é infligida às mulheres e meninas, em casa e na comunidade.

Apoiadas em nossa visão, buscamos que os grupos percebessem a idéia da divisão sexual do trabalho como o componente que materializa a opressão às mulheres, na medida em que ela define lugares, graus de valor do trabalho e, portanto, as inferioriza em relação ao homem. Essas são as condições que justificam as diferentes formas de violência e outras desigualdades na vida das mulheres, como a ausência de lideranças do sexo feminino.

Com as indígenas, usamos a técnica da linha da vida, pela qual resgatamos histórias da infância e da adolescência para compreender a vida no presente e, daí, vislumbrar e traçar um futuro melhor.



Por essa técnica, após um exercício de relaxamento, as pessoas são primeiramente induzidas a lembrar das várias fases de sua vida, de como a sociedade, a família e a escola educam meninos e meninas, da diferença de tratamento que recebem durante a criação, de como é esse processo de socialização na infância e de como cada uma viveu as fases de sua vida, para depois passarem à discussão do significado do presente. Essa discussão inclui, no caso, responder a perguntas como: o que é ser mulher e ser homem hoje? Quais as marcas e os aprendizados que permaneceram em nossas vidas e como lidamos com isso?

As Macuxi e as Wapichana revelaram ter saudades de certos aspectos da vida no passado. As crianças tinham outra educação: respeitavam os mais velhos e as regras comunitárias; desde cedo, acompanhavam a mãe e o pai à roça; a cesta de colher ia aumentando de acordo com o tamanho da criança. Essa era uma forma de educar para o trabalho, que hoje está mudando sob a influência da educação dos brancos. Ao mesmo tempo, elas lembraram também que as mulheres tinham uma vida mais difícil, sofrendo muita violência e mais discriminações, mas avaliaram que hoje já conquistaram vários espaços, mesmo com a resistência dos homens.

A sobrecarga de trabalho é um obstáculo importante, não somente para a participação política das mulheres indígenas e quilombolas, mas também para um tempo mínimo de lazer ou esparecimento. Para que elas visualizassem sua rotina de trabalho, realizamos um exercício no qual cada grupo organizava a rotina diária de homens e mulheres nas comunidades. Em geral, as mulheres se incumbem de todo o trabalho da casa e do cuidado com as crianças, e contribuem para o sustento da família, trabalhando na roça ou na coleta

de coco-de-babaçu, de frutos e de matérias-primas para o artesanato. No caso das quilombolas, somam-se a essas tarefas as caminhadas de vários quilômetros para buscar água, lavar roupa e levar as crianças à escola.

“Qual é seu sonho para o uso do tempo?” A essa pergunta a maioria respondeu dizendo que gostaria de trabalhar menos, fazer uma coisa ou outra, ou, no mínimo, dividir as tarefas. Diante de sua realidade tão dura, poucas se arriscaram a sonhar com momentos para si ou de lazer. Obviamente cabia, aí, a questão da participação em atividades ou movimentos que lhes pudessem interessar. Três obstáculos importantes à integração em espaços extracomunitários, além da falta de tempo, foram citados tanto pelas indígenas como pelas quilombolas: o ciúme dos maridos, o receio de serem desprestigiadas e desvalorizadas ao exporem suas opiniões em público, e o de não entenderem os conteúdos que se discutem.



Como seria uma liderança mulher?

Para o enfoque da importância da formação de lideranças mulheres, foi realizado um exercício de caracterização dessas lideranças, tanto com as indígenas como com as quilombolas. Como deve ser uma líder? Elas se mostraram bastante exigentes quanto às qualidades necessárias para se cumprir esse papel, configurando uma mulher quase perfeita. Durante as discussões fomos trabalhando a idéia de que, ao aprendermos o que é ser mulher, adquirimos qualidades como as de saber ouvir e de ser mansas, que elas apontaram como importantes, mas que a vivência histórica das mulheres de sua exclusão nos campos de decisão também lhes tem significado menos experiência e mais dificuldade para acederem aos espaços

públicos e de decisão, de modo que temos de nos cobrar menos, de nos unir e de apoiar umas às outras, experimentando e ousando nas várias tarefas para ocupar esses espaços. Mas, no processo de luta dos dois povos que representam, elas têm buscado superar as dificuldades.

A violência contra as mulheres

Esse tema, embora abordado com as mulheres das duas entidades, foi aprofundado com as representantes da Omir, que já vinham trabalhando essa questão.

Muitas vezes a violência sexista é justificada principalmente por razões externas, como, por exemplo, o alcoolismo, a perda de identidade étnica e a falta de perspectiva da comunidade. Além disso, a baixa auto-estima das mulheres as leva a pensar que sempre têm alguma culpa pela violência que sofrem e de se tratar de um problema a ser resolvido em âmbito privado.

Nosso trabalho orientou-se pela perspectiva de ir desfazendo essas visões e construindo uma compreensão, a partir do próprio cenário de vivência dessas mulheres, para chegar à noção de que a violência contra elas é um mecanismo de controle sobre suas vidas.

As formas de superação da violência foram trazidas pelas mulheres da Omir com bastante clareza e objetividade, e com propostas concretas de devolver à comunidade a responsabilidade pela punição e prevenção da violência, com vistas à sua superação. Durante as discussões, elas nos relataram sua preocupação e as iniciativas que vinham desenvolvendo em relação à questão, e propuseram à SOF que as apoiasse na confecção de um material pertinente para sua entidade. Decidimos, então, juntar nossos esforços para elaborar a cartilha intitulada *Um futuro sem violência*.



"Hoje temos direito a voz e liberdade que antes não tínhamos, e mesmo os homens não gostando, eles têm de respeitar as mulheres".

A elaboração do texto dessa cartilha resultou de uma oficina sobre Violência Contra a Mulher, realizada pela Omir. Nossa participação foi apontar e comentar as discordâncias que tínhamos em relação a alguns poucos pontos. Tratando-se de um material da Omir, obviamente a cartilha deveria expressar a visão de suas representantes, mas, ao mesmo tempo, sendo uma parceria com a SOF, havia o desconforto quanto à forma de abordagem de algumas questões, como, por exemplo, considerar o alcoolismo a principal causa da violência contra as mulheres. Durante as conversas que tivemos, fomos chegando a acordos e a novas versões do texto.

Esse processo foi importante porque, com o auxílio da cartilha, elas passaram a discutir mais intensamente a questão da violência contra a mulher e a elaborar propostas de prevenção e punição, principalmente com base na cultura de seus povos, buscando envolver a comunidade como um todo, ou seja, a superação do problema. Ficou evidente e estabelecida entre elas a visão de que o acolhimento às mulheres que sofrem violência é responsabilidade de todas e todos, e de que somente assim é possível impedir que ela aconteça e, caso aconteça, não fique sem punição.

Esse tem sido um tema muito presente no trabalho da SOF, que, havia já algum tempo, vinha refletindo sobre as limitações do trabalho do movimento de mulheres e do Estado em torno dele. Em primeiro lugar, a ênfase esteve sempre colocada sobre uma certa especialidade, ou seja, a questão era tratada por advogadas ou por especialistas dos movimentos de mulheres; em segundo, as saídas apontavam sempre para as políticas públicas. Os movimentos de mulheres foram perdendo a capacidade de questionar profundamente as causas da





violência e de disseminar este como um problema que envolve toda a sociedade. Nossa visão é a de que a violência contra a mulher tem suas bases na desigualdade existente entre homens e mulheres, sendo central na manutenção das mulheres como objetos e seres inferiores, e funcionando como um mecanismo de controle sobre o corpo e a vida delas.

Essa experiência da Omir ajuda a iluminar o difícil caminho do enfrentamento a essa violência que milhares de mulheres vivem todos os dias. É uma iniciativa inovadora e pode contribuir para superar um limite do movimento feminista que, até o momento, tem pensado em políticas centradas em equipamentos que dificilmente estarão disponíveis para todas.

Os movimentos de mulheres

A abordagem, nos cursos, das semelhanças das desigualdades vividas por mulheres indígenas e quilombolas, criou nelas a expectativa de conhecer a história do movimento de mulheres e suas lutas. A partir disso, organizamos estudos sobre a situação das mulheres negras e indígenas no Brasil: como vivem, como morrem e adoecem, o emprego, o desemprego, a

renda, a participação política, índices de pobreza. Propusemos, também, focar o outro lado: como as mulheres negras e indígenas se organizam no Brasil para lutar contra as injustiças sofridas e para construir a perspectiva da igualdade e de um mundo sem opressão.

Mas, afinal, qual desenvolvimento queremos?

Na segunda etapa do curso da Aconeruq, as coordenadoras da entidade nos solicitaram que trabalhássemos o tema Políticas Públicas para o Etnodesenvolvimento, já que ele estava tendo forte presença nas comunidades, em vista das políticas do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

A parte institucional foi feita com a participação de uma assessora do PPIGRE (Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia) do MDA, que apresentou as políticas específicas direcionadas aos quilombolas. As mulheres puderam, na ocasião, debater e conhecer vários caminhos para a participação em organismos institucionais que decidem e elaboram as políticas públicas.

Para a discussão sobre desenvolvimento, utilizamos o caminho da construção coletiva do conhecimento, a fim de permitir às participantes olhar para a comunidade e discutir em grupo a visão de uma comunidade desenvolvida. O resultado dessa discussão foi a constatação da carência de equipamentos públicos, de infra-estrutura e de instrumentos de produção nas comunidades, em suma, da negação dos direitos básicos a essa população por parte das autoridades públicas. Além disso, ficou clara a existência do entrelace das necessidades básicas e organizativas, religiosas e de produção.

A intenção foi mostrar e fazer perceber que o desenvolvimento deve ter no centro a qualidade de vida das pessoas e que ele está relacionado ao equilíbrio ecológico, ao respeito aos povos, e não apenas a estratégias de distribuição de mercadorias para o consumo. O processo de construção do que entendemos por desenvolvimento gerou um debate importante sobre organização, lutas, tarefas das lideranças e das entidades.

A questão da terra e os direitos das mulheres

Sempre que nos referíamos à realidade das comunidades, acalorava-se a discussão sobre a questão agrária e, em muitos momentos, explicitava-se o expressivo grau de envolvimento das indígenas e quilombolas na frente da luta pela terra. Sendo essa uma luta de todos, precisávamos trabalhar uma outra parte dela: depois de conquistada a terra, as mulheres teriam como decidir o que fazer com ela? Quanto mais as mulheres tomam a linha de frente



dessa luta, mais possibilidades têm, após a conquista, de participar das decisões quanto ao que fazer com a terra. A experiência da Fazenda São Marcos (Raposa Serra do Sol), na qual as mulheres tiveram seu retiro (criação de gado) ou roça coletiva, é muito especial e precisa ser bem cuidada, já que não existe em muitos lugares.

“Como é que a gente consegue que as mulheres tenham poder de decisão sobre o que fazer com a terra, com o território?” Quando trabalhamos com a idéia de território, na qual podemos integrar tudo, é maior a possibilidade de enxergar as mulheres. Quando olhamos para a terra somente como o lugar em que se vai fazer a roça, para depois vender seus produtos, é difícil perceber que ali está o trabalho das mulheres, que muitas vezes não é vendido, mas voltado à manutenção da família. Muitas relataram que enfrentam sozinhas os jagunços, para catar o coco que quebram pela manhã para comprar a comida da tarde, ou para retirar da mata ervas e raízes para praticar sua medicina.



UMA LEITURA DO PROCESSO E DOS RESULTADOS

O trabalho formativo da SOF sobre abordagem de gênero com populações tradicionais resultou em quatro atividades com as mulheres da Aconeruq e da Omir/CIR. Os cursos foram programados na perspectiva de fortalecer a organização e a participação das mulheres.

A escolha por trabalhar com as mulheres de base das duas entidades dialogou com a concepção de que o fortalecimento do trabalho de mulheres, nesse caso indígenas e quilombolas, se dá pela compreensão,

por parte delas, da situação em que vivem e de que, embora a formação seja muito importante nesse processo, serão elas, em sua ação local, que criarão as condições para as mudanças em suas vidas e comunidades.

Apresentamos aqui uma das leituras do processo dos cursos, pois certamente outras tantas foram produzidas a respeito, no decorrer das atividades e a partir do cotidiano das participantes, nos quais elas contribuíram para o alcance dos objetivos

estabelecidos. Esta leitura coloca-nos questões relevantes: como nos formamos? Quando nos formamos? Qual a relação do tempo da formação, em si, com o das possíveis mudanças? Que resistências são colocadas ao processo de nossa formação causadas por referências que internalizamos ao longo de nossas vidas?

Muitas das participantes, como já foi dito, estavam saindo de suas comunidades pela primeira vez e já vinham com a tarefa de repassar os conteúdos a estas no retorno. Aqui já encontramos um foco de resistência: serei capaz de compreender e repassar? Elas convivem em um espaço em que todas e todos lutam cotidianamente pelo direito ao lugar onde a comunidade sempre viveu, por garantia de políticas públicas básicas ligadas à oferta de energia elétrica, água e saneamento, e onde as desigualdades de gênero as oprimem, seja pela violência sexista ou pela necessidade de aumentar sua carga de trabalho para garantir a sobrevivência. Mas como inserir o debate de gênero na comunidade articulado com as lutas consideradas gerais?

Alguns desafios foram ficando mais notórios após a realização do diagnóstico e do levantamento das expectativas das duas entidades em relação aos cursos. Essas expectativas relacionavam-se com um desejo muito grande de consolidar um trabalho com as mulheres que tivesse reflexo no conjunto das entidades. Na relação com a Aconerug e a Omir, a SOF procurou ir construindo estratégias que pudessem responder aos desafios: como considerar as especificidades de cada entidade? Como fortalecer a participação das mulheres a partir da já existente? Como trabalhar as relações de gênero nas comunidades enfrentando os valores preconcebidos que norteiam a vida do lugar?

Esses desafios apontados inicialmente e outros que surgiram ao longo das

atividades foram encarados na perspectiva de superação, tendo por alicerce o desejo de contribuir para o fortalecimento da organização das mulheres, o enfrentamento das desigualdades em suas vidas e uma maior participação delas em suas entidades.

A reflexão que fazemos baseia-se nos registros das avaliações e relatórios das atividades desenvolvidas com as duas entidades e em entrevistas realizadas com lideranças indígenas e quilombolas. Buscamos, na fala dessas protagonistas, possíveis respostas aos desafios colocados para a realização do trabalho de abordagem de gênero com populações tradicionais. Há indicação de que alguns desafios foram superados e os resultados fortaleceram as mulheres, e de que outros ainda estão em processo.

As entrevistas foram realizadas por meio de roteiro organizado pela equipe da SOF envolvida nos cursos. Entrevistamos a coordenadora da Secretaria de Articulação da Mulher Negra Quilombola, da Aconerug, e recolhemos informações entre algumas mulheres que participaram de uma reunião no Quilombo Santa Rosa dos Pretos, situado no município de Itapecuru Mirim (Maranhão). Da Omir, entrevistamos duas de suas lideranças, em visitas ao estado de Roraima.

O trabalho com as duas entidades teve formas diferentes de organização e, por isso, apresentamos as reflexões de suas representantes separadamente, visando uma melhor compreensão do processo de avaliação. Porém, o eixo central orientador, nos dois casos, será o significado das atividades formativas para o fortalecimento e organização das mulheres nas duas instituições. Os parâmetros para verificação desse fortalecimento serão os avanços que podem ser percebidos, relacionados com a realização das atividades formativas e com as ações organizativas desencadeadas por elas.





COMO AS MULHERES INDÍGENAS AVALIARAM O PROCESSO

Para as integrantes da Omir, o significado dos cursos, no fortalecimento das ações que suas integrantes vinham desenvolvendo nas comunidades, foi positivo em termos de organização, de aporte de novos conteúdos e de metodologia para subsidiar a continuidade do trabalho.

"As atividades desenvolvidas e a forma como foram construídas nos deram mais condições para desenvolver o trabalho com as mulheres, fortaleceram a OMIR e melhoraram o relacionamento com os tuxauas (lideranças indígenas homens). Esse trabalho nos deu mais segurança para conversar com eles assuntos relacionados à mulher, ao próprio homem e também com relação a nossa vida, nós como indígenas. Fortaleceu-nos como mulheres no convívio com as lideranças. A gente aprendeu muito."

Com as mulheres indígenas da Omir, o trabalho sobre o tema da violência foi se consolidando como prioritário para a organização das mulheres e para uma ação coletiva nas comunidades. Os cursos buscaram dialogar com esses anseios e construir a compreensão sobre os porquês de as mulheres

sofrerem violência doméstica e sexual. A reflexão da Omir sobre a produção da cartilha indica a importância de a terem escrito a partir de suas experiências.

"A forma como elaboramos a cartilha 'Um futuro sem violência' foi bem interessante, porque nós mesmas a escrevemos a partir de nossa experiência. Ainda falta muita coisa na cartilha e é preciso reelaborá-la."

A utilização da cartilha como instrumento para combater a violência não está sendo uma ação focada apenas nas mulheres. A Omir busca inserir o debate no conjunto das comunidades, usando os espaços de decisão das organizações indígenas, como as assembléias e as reuniões, para ampliar o trabalho.

Nós distribuímos a cartilha nas comunidades de Roraima para agentes de saúde, tuxauas, coordenadores e coordenadoras regionais e em nossas escolas, para que façam o trabalho preventivo nas comunidades e reflitam e pensem a questão da violência.

As mulheres indígenas reconhecem as dificuldades para a construção coletiva de uma ação contra a violência. Mas, como fruto do trabalho que vem sendo feito, sentem-se mais encorajadas a denunciar a agressão.

"Elas se conscientizaram de suas realidades, principalmente em relação aos casos de violência. Hoje sentem mais confiança em denunciar a violência aos tuxauas ou na delegacia. O tipo de denúncia mais comum tem sido pedir ajuda para outras companheiras."

Ao aprofundar o debate e o combate à violência sexista nas comunidades indígenas, as mulheres passam a identificar vários fatores que a produzem.

Embora, em suas reflexões, não explicitem que as desigualdades de gênero são a causa dessa violência e que esta é sistêmica, as indígenas mostraram ter compreendido que a condição de gênero estrutura as desigualdades e naturaliza a violência contra as mulheres. A estratégia de trabalhar com as mulheres e de buscar conjuntamente formas de construir a corresponsabilidade de toda a comunidade para o fim da violência foi bem-sucedida e deixou claro que é preciso mudar formas de convivência entre homens e mulheres para uma ação eficaz para esse fim.

O desejo de construir um processo continuado de atividades com as mulheres esbarra nas dificuldades que elas têm para participar e na falta de recursos financeiros. As mulheres ainda são impedidas de sair para participar, seja pelos maridos ou companheiros, seja pelas tarefas na família. Mas elas têm buscado estratégias para superar essas dificuldades.

"Temos conseguido fazer o trabalho do dia-a-dia sobre violência junto com as atividades de saúde, DST e AIDS realizadas nas comunidades. Aproveitamos para trabalhar outros temas para as mulheres nos grupos mistos, entre eles o da importância da participação."

De que maneira esse trabalho tem fortalecido a organização e a articulação das mulheres junto às entidades indígenas? Ao apontarem as dificuldades que têm tido para garantir uma representação da Omir na Coordenação do CIR, elas demonstram o aumento de uma ação organizada dessas mulheres, enquanto tais, e o fortalecimento de sua entidade. E também identificam as resistências ao processo de organização das mulheres, o que ajuda a ampliar a compreensão de que as desigualdades estruturam lugares de homens e de mulheres.

"Às vezes dizemos que a bebedeira é a causa da violência, mas há homens que não bebem e violentam por ciúmes, para não deixar sair, coisas assim. Sempre tem um motivo."

A participação nas instâncias de representação do CIR contribui para o reconhecimento do trabalho das mulheres indígenas, amplia seu número em posições antes ocupadas somente por homens, além de ampliar o alcance de sua atuação. Elas identificam a valorização das mulheres como um avanço, que teve início na década de 1990, e o associam a diversos fatores, sendo o principal deles o trabalho mais específico de gênero. Nesse caso, também os cursos vieram se somar a um conjunto de atividades que têm fortalecido e valorizado as mulheres.

"Há uma maior valorização das mulheres. Elas estão em vários espaços, como fuxauas, coordenadoras, conselheiras regionais, diretoras indígenas. Mas ainda enfrentamos muito machismo de algumas lideranças masculinas."

A ocupação dos espaços considerados masculinos pelas mulheres exacerba os conflitos e as leva a perceber que a expressão do machismo é uma forma de procurar manter inalteradas as relações de gênero. A participação da mulher em espaços diferentes dos que lhe são designados socialmente pode ser considerado um problema para alguns homens. Mas por quê?

"A participação das mulheres em certas atividades pode permitir-lhes aprender outras coisas, de um outro mundo e, assim, mudar os costumes. O medo é de que elas despertem e deixem de ser dependentes deles. A participação nos cursos e em outros eventos, como na Marcha Mundial das Mulheres, abriu a nossa visão."

As mudanças na relação com as lideranças indígenas masculinas refletem em uma maior participação das mulheres em atividades externas.



"Hoje, as lideranças masculinas nos respeitam mais. Um dos motivos é o aumento do número de lideranças mulheres. Esse fortalecimento na atuação das mulheres possibilitou, entre outras coisas favoráveis, a indicação para participação em encontros de níveis regional, local e nacional."

Mesmo com os avanços apontados, o desenvolvimento do trabalho com as mulheres indígenas ainda é um grande desafio. Além das dificuldades em relação ao cotidiano, a questão financeira tem dificultado a ampliação desse trabalho ou seu melhor direcionamento. A Omir considera importante ir construindo paulatinamente a visão do direito das mulheres à participação na comunidade.



"Temos desenvolvido um trabalho de conversar com as nossas mulheres indígenas. Mas isso tem de ser feito aos poucos. É difícil chegar e dizer: 'Olhem, vocês estão passando por essa situação, mas podem mudar suas vidas para melhor', pois a decisão repentina de sair da comunidade para participar, por exemplo, de um encontro, pode gerar ameaças e até violência física por parte do companheiro."

Outra ação lembrada pelas mulheres indígenas como um processo que as fortaleceu foi a que tiveram pela homologação das terras da Reserva Raposa Terra do Sol.

"A carta que enviamos ao governo federal pedindo a homologação foi muito importante para as mulheres, pois fomos nós que iniciamos essa luta. Vocês, da SOF, ajudaram a pressionar para o presidente da República assinar. Eu acompanhei o movimento nas barreiras, enfrentando os policiais militares e as bombas. Lutamos para conquistar nossa terra e isso foi importante para as mulheres, porque agora reconhecemos que temos o direito de lutar por nossa terra."

Nessa reflexão, podemos ratificar nosso acerto em fortalecer a ação que elas vinham desenvolvendo por meio do trabalho sobre violência, tema que ganhou maior visibilidade e potencializou o trabalho da Omir com as mulheres. Além de sua participação nas lutas e nas estruturas de representação de seus povos.

COMO AS MULHERES QUILOMBOLAS AVALIARAM O PROCESSO

O trabalho com a Aconeruk teve por centro o fortalecimento da organização das mulheres e a importância de sua participação, pois não havia um tema específico sendo trabalhado por elas. A instituição havia criado, em 2003, como iniciativa para começar seu trabalho, a Secretaria de Articulação de Mulheres Negras Quilombolas.



O significado das ações formativas realizadas pela SOF com as mulheres quilombolas foi, segundo a coordenadora da Secretaria, importante para desencadear um trabalho com as mulheres, para a divulgação da Secretaria recém-criada e também para o aumento da participação.

“Os cursos contribuíram para o fortalecimento das mulheres nas comunidades e para a Secretaria. Eles geraram um maior interesse em participar de eventos tanto da Aconerug como de outros.”

O debate que realizamos sobre as relações de gênero também aparece como fundamental para que as mulheres se fortaleçam para atuarem em outros espaços na comunidade.

“Não havia como organizar as mulheres sem que elas tivessem antes o conhecimento de como as desigualdades são construídas. Não é possível colocar esse conhecimento na cabeça das pessoas que estão lá, no seu cantinho, sem um processo formativo mais amplo. Então, trabalhar as questões de gênero tem sido muito bom para a gente nesse sentido”.

Além de fortalecer a organização das mulheres, o debate de gênero provoca mudanças e também tem contribuído para quebrar resistências dentro da entidade.

“Hoje temos mais apoio para realizarmos a formação das mulheres. Há mais compreensão de que a garantia dos direitos das mulheres contribui para as lutas gerais do quilombo. Com o início do debate de gênero, os coordenadores, que tinham outra concepção sobre a necessidade de um trabalho específico com as mulheres, começaram defender maior participação das mulheres, para que elas se formem como um todo”.



“Falamos tudo que ouvimos nos cursos para as amigas. Elas gostaram muito e estamos muito animadas para continuar o trabalho. Formamos um Grupo de Mães com 28 mulheres.”

Mas que sentimento as mulheres da base relatam das atividades que desenvolveram nos cursos?

“Gostei muito. Apreendi muitas coisas e levei para minha comunidade. Estou passando para minhas amigas do Grupo de Mães, e elas passam para os maridos, os colegas da nossa comunidade e de outras.”

Os cursos incentivaram as participantes a, no retorno às suas comunidades, reproduzir o que haviam apreendido, e essa era uma expectativa de todas, conforme expressado quando os iniciaram. Muitas delas foram questionadas se seriam capazes de compreender e repassar os conteúdos para a comunidade. Seria também a primeira vez que a maioria delas teria a tarefa de organizar uma atividade e repassar informações. Os relatórios das atividades desenvolvidas nas comunidades indicam como esse processo foi auto-afirmativo para as mulheres que participaram.

A maioria das comunidades relatou ter constituído um Grupo de Mães a partir das reuniões realizadas nelas após o retorno das integrantes. Esta é uma

forma de organização muito presente entre as mulheres das comunidades rurais no Maranhão e tem sido introduzida e reforçada pelas mulheres quilombolas.

Nas atividades formativas realizadas nas comunidades, os temas abordados foram: construção social de mulheres e homens, divisão sexual do trabalho, violência sexista e participação feminina. Esses temas foram articulados com as estratégias de fortalecimento das lutas gerais do quilombo: pela terra, por políticas sociais, por energia elétrica e água, enfim, pela solução dos problemas enfrentados pela comunidade que aumentam o trabalho das mulheres e dificultam sua formação e participação. É o que sintetiza um relatório sobre os temas debatidos:

“A violência contra as mulheres exige justiça, mas precisa da conscientização das mulheres; nossa terra precisa ser delimitada e ter título para termos segurança; falamos de nossos sonhos, de tudo ser realizado porque nós temos direito; falamos do ser homem e do ser mulher e que as mulheres trabalham mais que os homens. Esta é a voz de todas as mulheres.”

Como disse uma quilombola: “Ser mulher é se sentir liberta e ter uma vida digna”; “As mulheres são capazes de exercer os mesmos cargos dos homens e de ser importantes na sociedade”.

Por essas demonstrações percebe-se que a metodologia que adotamos contribuiu para que elas desenvolvessem o trabalho nas comunidades, utilizando as informações que anotaram durante os cursos, as dinâmicas utilizadas e principalmente a experiência de vida das mulheres da própria comunidade para debater os temas.

A reflexão da coordenadora da Secretaria de Mulheres da Aconerug reafirma o que

comprovamos nos relatórios dos trabalhos feitos nas comunidades:

“Hoje a gente consegue trazer as mulheres, não só as que participaram dos cursos, mas também as outras, para atividades, reuniões e plenárias. A participação aumentou, mas ainda é muito difícil reunir todas as mulheres.”

Outro exemplo do envolvimento das mulheres em ações nos quilombos são as associações, espaços de decisão dentro das comunidades. Em um desses casos, um grupo de mulheres participantes dos cursos decidiu criar uma outra associação, para melhor organizar as demandas. No início houve resistência, principalmente por parte dos homens, mas elas se organizaram e conseguiram chegar a seu objetivo.

Apesar das dificuldades cotidianas, as mulheres quilombolas se mostram mais disponíveis e animadas a participar das ações formativas.

“Os cursos realizados pela SOF foram muito importantes para o fortalecimento das mulheres em suas comunidades. O fato de terem vindo a São Luís para realizar a formação e retornar depois de uma semana já mostra seu desejo de mudança. No retorno, fizeram diversas atividades com as mulheres nas comunidades. Atualmente muitas delas auxiliam bastante nas reuniões que realizamos nas comunidades.”

Após os cursos, foi realizado um Encontro Estadual de Mulheres Negras Quilombolas, em março de 2006, e estão sendo organizados encontros regionais, além de várias reuniões em comunidades. Nesses espaços, elas tratam de temas gerais e específicos para a organização das mulheres. O objetivo é o fortalecimento da organização e uma maior inserção nas ações dos quilombos. Após o citado Encontro, as mulheres ficaram para a assembléia da Aconerug, tendo sido esta a que teve a maior participação de mulheres.



Além de participar de atividades específicas da Aconerug, as quilombolas têm tido parte ativa em diversas ações no estado.

A CONTRIBUIÇÃO DAS ESCOLHAS METODOLÓGICAS

A metodologia desenvolvida nos cursos para as duas entidades visou aumentar a confiança das mulheres a fim de realizarem ações formativas em suas comunidades e participarem de outros eventos. As duas entidades apresentaram reflexões que indicam o acerto das escolhas metodológicas. De acordo com uma liderança indígena:

"As oficinas de trabalho que realizamos junto com a SOF foram uma boa metodologia. Apesar de não termos expressado antes o que pretendíamos, parece que a gente estava em sintonia."

A construção do debate dos conteúdos a partir da realidade das mulheres contribuiu para o exercício da fala em público, a percepção de que as mulheres vivem histórias semelhantes, a construção de processos de aprendizagem coletivos e o aumento

da auto-estima, pela valorização do saber que elas trouxeram. Como sintetiza a fala de uma quilombola: "Nós conversamos e descobrimos que trabalhar em conjunto é muito bom".

Outro aspecto importante das escolhas metodológicas foi a inclusão dos diferentes tipos de linguagem com os objetivos de envolver as mulheres no processo, incentivar o exercício da fala e aprofundar os conteúdos sistematizados de forma que todas compreendessem.

"Não foi só aquela metodologia de chegar, falar e as pessoas anotarem. A gente desenhou, escrevemos em cartaz e no caderno, desenhamos como era nossa comunidade. Fomos imaginando e colocando na cartolina."

Relatos como esse indicam dimensões importantes da construção metodológica: a quebra das resistências e a integração do grupo; a construção do conhecimento de forma partilhada; a comunicação intergrupo. Foi importante, também, a relação com o tempo, necessária para se conhecer e para se formar, para sentir o corpo e perceber as mudanças. Tempo que as mulheres percebem que não têm, devido ao acúmulo de trabalho a elas designado social e culturalmente. Tempo para refletir sobre o vivido. Esses elementos constituem fatores importantes para que a atividade formativa provoque mudanças e dê surgimento a sujeitos políticos. Como o desejo de "se sentir liberta e ter uma vida digna".

"O trabalho foi desenvolvido para que nós, mulheres, pensemos um pouquinho sobre como vivemos. A gente foi lembrando e meditando como era nossa vida no passado e pôde tirar um tempo para viajar um pouco e relembrar como vivíamos e também percebermos como vivemos hoje."





ALGUNS AVANÇOS A PARTIR DAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

Podemos também concluir que começa a mudar a correlação de forças, principalmente na relação com as lideranças masculinas. O fortalecimento amplia a compreensão das desigualdades de gênero por parte das mulheres e reflete em sua organização e intervenção, muitas vezes gerando conflitos – na medida em que interfere nas relações de poder – mas não necessariamente cisões ou fragmentação na identidade ou na luta do povo. Ou seja, os relatos demonstram que o trabalho de gênero contribuiu para as mulheres se organizarem e se inserirem nas ações gerais de suas comunidades.

Nas duas entidades, o coletivo das mulheres atua com as próprias mulheres em espaços autônomos e participa das lutas da comunidade. As formas de intervenção que elas vêm organizando demonstram

que lutar de forma organizada pelo fim das desigualdades que as mulheres sofrem é, também, fortalecer as lutas de seus povos.

Alguns temas trabalhados, como a divisão desigual do trabalho que sobrecarrega as mulheres, precisam de mais tempo para serem mais bem-compreendidos e para gerarem uma intervenção organizada, desafio colocado ao conjunto das mulheres, e não somente às quilombolas e às indígenas.

Os avanços percebidos são continuidade de um processo de participação das mulheres iniciado antes dos cursos, principalmente na luta pela terra, mas as atividades realizadas contribuíram para fortalecer o trabalho com as mulheres e com a ampliação da visão sobre as desigualdades que elas vivem.

A contribuição das atividades formativas, resguardados seus limites de tempo e respeitando a trajetória das indígenas e quilombolas, possibilitou criar uma dinâmica em que elas se viram como sujeitos políticos. Como elas mesmas concluíram, a formação teve sentido para suas vidas e gerou processos em que vão construindo a experiência de serem reconhecidas como sujeitos de sua história e da história de seus povos.

As estratégias que elas vêm organizando, de ocupar espaços nas entidades e de valorizar a auto-organização, são muito importantes. Esses exercícios trarão outras percepções das desigualdades e da necessidade de outras lutas que contribuam para seu fortalecimento e sua autodeterminação, e para as lutas de suas comunidades, nas quais gerem processos de solidariedade e de construção da sonhada igualdade.

Anexo

PROJETO GÊNERO E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

I. ATIVIDADES DE FORMAÇÃO ORGANIZADAS PELA SOF

* Oficina de Formação de Lideranças da Omir (Organização de Mulheres Indígenas de Roraima)

Local: Boa Vista (RR)

Período: 7 a 9 de maio de 2004

Participantes: 24 mulheres e 3 homens

* Oficina Gênero e Populações Tradicionais

Local: Brasília (DF)

Período: 26 a 28 de outubro de 2004

Participantes: 20 mulheres e 3 homens de 15 organizações indígenas, quilombolas e de assessoria

* Elaboração e avaliação da cartilha Um futuro sem violência

Realização: SOF e Omir

Período: agosto de 2004

* Curso de Formação para o Fortalecimento das Mulheres Lideranças Quilombolas da Aconeruq

Local: Sindicato dos Bancários, São Luís (MA)

Período: 10 a 15 de abril de 2005

Participantes: 32 mulheres pertencentes a doze comunidades quilombolas

* Curso de Formação para o Fortalecimento das Lideranças da Omir

Local: CIR-Boa Vista (RR)

Data: 13 a 15 de junho de 2005

Participantes: 24 mulheres macuxis, wapichanas e saporás, e 2 representantes da Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira)

* Curso de Formação para o Fortalecimento das Mulheres Lideranças Quilombolas da Aconeruq (2 etapa)

Local: Sindicato dos Bancários, São Luís (MA)

Período: 7 a 11 de novembro de 2005

Participantes: 40 mulheres pertencentes a 22 comunidades de dez municípios

* Seminário Populações Tradicionais: Um Olhar de Gênero a Partir das Lutas das Mulheres Indígenas e Quilombolas

Local: Colégio Pio XI - São Paulo (SP)

Período: 28 a 30 de novembro de 2005

Participantes: 27 pessoas das instituições e órgãos: Omir/CIR, Omixuk, Apoinme, Coiab, Aconeruq, AQCC (Associação Quilombola de Conceição das Crioulas), ARQUMO, Ação Cultural Indígena Pankararu, Cimi, CPI, Instituto Sócio-Ambiental, Marcha Mundial das Mulheres, Movimento das Mulheres Camponesas, Projeto Metuia-USP, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Coordenadoria de Assuntos da Mulher de Ubatuba (SP), jornalista da Agência Carta Maior e Intervenções

* Assessoria para a assembléia anual da Omixuk (Organização das Mulheres Xucuru Kariri)

Local: Aldeia Cafurna de Baixo, Palmeira dos Índios (AL)

Período: de 1 a 3 de abril de 2006

Participantes: 60 pessoas

* Oficina sobre Gravidez Precoce e Violência Contra Mulher

Local: Comunidade Malacacheta, Cantá (RR)

Data: 19 de maio de 2006

Participantes: 80 pessoas entre jovens (meninas)

e meninos de 10 a 18 anos), professoras(es), agentes de saúde, lideranças locais e de Boa Vista, e adultos da comunidade

2. NOSSA PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE FORMAÇÃO EM PARCERIA OU REALIZADAS POR OUTRAS ORGANIZAÇÕES

*** Oficina Mulheres Quilombolas e Desenvolvimento Sustentável**

Organização: Comissão Pró-Índio; parceria SOF
Local: Colégio Pio XI, São Paulo (SP)
Período: 12 a 14 de maio de 2004

*** Oficina Mulheres Indígenas do Litoral Norte**

Organização: Comissão Pró-Índio de São Paulo; parcerias SOF e Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar.
Local: Ubatuba (SP)
Período: 27 a 28 de julho de 2004

*** Curso de Agentes de ATER (Assistência Técnica e de Extensão Rural) que Atuam com Comunidades Quilombolas**

Organização: Setor de Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário
Local: São Luís (MA)
Período: 21 a 25 de fevereiro de 2005
Participantes: 30 pessoas

*** Reunião de Intercâmbio sobre Economia Solidária**

Organização: CPI; parceria SOF
Local: São Paulo
Data: 18 de março de 2005
Participantes: ARQMO (Associação dos

Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná) e parceiras da SOF que atuam com economia solidária na Grande São Paulo

*** Seminário Mulheres Quilombolas: Gênero e Políticas Públicas para o Etnodesenvolvimento**

Organização: Programa de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário
Período: 29 e 30 de março de 2005
Local: Brasília (DF)
Participantes: 20 mulheres de grupos produtivos em quilombos

*** Oficina de Mulheres Guaranis do Litoral de São Paulo**

Organização: Comissão Pró-Índio; parceria SOF
Local: Parque Estadual de Ubatuba (SP)
Período: 15 a 18 de julho de 2005
Participantes: 30 mulheres

3. PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

*** Encontro de Parceiros da Oxfam**

Local: Recife (PE)
Período: 23 e 27 de maio de 2004

*** Seminário: Incorporação da Perspectiva de Gênero nos Programas e Projetos de Desenvolvimento da Oxfam GB no Brasil**

Local: Recife (PE)
Período: 20 a 22 de fevereiro de 2006
Participantes: entidades de assessoria que trabalham a questão de gênero nos diversos programas da Oxfam

Um canto pela justiça, um canto pela vida digna

Morna Macleod/Ana María Rodríguez*

*Este texto é um fragmento do trabalho da autora, concluído em julho de 2005 e publicado em Historias a dos voces: testimonios de luchas y resistencias de mujeres indígenas**, resultante de uma entrevista feita por ela com Ana María Rodríguez, da etnia maia Mam, proveniente de um município majoritariamente indígena do departamento guatemalteco de San Marcos, fronteira com o México. Por meio dele, conhecemos o contexto de luta de mulheres mestiças e indígenas de diversas etnias da Guatemala, marcadamente pela equidade de gênero, mas extensivamente também pela justiça social. Os antecedentes de Ana María são os de uma mulher que, aos poucos, por contingências de sua vida, acaba entrando em contato com as conturbações político-sociais de seu país e buscando asilo político no México, onde, após algum tempo, passa a ter sua atividade voltada para as questões da cultura de gênero.*

O REFÚGIO

Refugiei-me com minha filha, Estaba, em Chiapas, na fronteira com a Guatemala. Meu companheiro, morto na guerra, só a viu quando ela nasceu. Depois da morte dele, parti para Cuernavaca [cidade próxima da capital mexicana] e comecei a procurar um trabalho remunerado. Isso porque, na fronteira, eu trabalhava de graça com mulheres, pois vivia com uma família que também colaborava, sem remuneração, com esses projetos para refugiados. Nossa sobrevivência devia-se à comida dada pela Igreja e à venda de artesanato. Tudo ali era muito limitado e difícil, e por isso tomei essa decisão.

Em Cuernavaca, a vantagem era o conhecimento que se obtinha do trabalho com grupos de trabalhadoras domésticas. Trabalhei um ano nisso e, depois de três meses, fui eleita membro da junta diretiva.



Começamos a estimular a sindicalização das trabalhadoras domésticas, mas logo tive contato com os grupos que trabalhavam com os refugiados. Meu irmão engajou-se neles e eu, na verdade, teria preferido continuar em Cuernavaca, pois ali o aprendizado no ambiente de luta das mulheres era diferente.

Eu vinha de um ambiente muito fechado, de muito temor e perseguição, onde me sentia inibida para dar minhas opiniões. Além disso, o medo de perseguição me tornava pouco confiável, já que podia ser acusada de guerrilheira. Mas percebi que a situação no México era mais livre: as mulheres não eram perseguidas; lutavam por seus direitos, por uma mudança; a sindicalização não era proibida. Comecei realmente a abrir-me; percebi que não nos perseguiram e não podiam nos matar, que não tinha de permanecer proibida de expressar minhas idéias ou de trabalhar.

* Morna Macleod é doutoranda em Estudos Latino-americanos da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Unam (Universidade Nacional Autônoma do México). (N.E.)

** Coordenado por R. Aida Hernández (Morelia, México, Instituto Michoacano de la Mujer).

E aquele ano foi-me útil para fortalecer a auto-estima que a guerra destrói pela perseguição, sobretudo pela violência. Mas disseram-me: “Por que você está fora? Estamos aqui, também, guatemaltecos refugiados. Você tem de nos apoiar”.

É claro que, então, me integrei. Começamos a trabalhar nos acampamentos de Campeche, Quintana Roo e Chiapas¹. Queríamos realmente fazer um trabalho a partir das necessidades dos refugiados, organizá-los, porque conhecíamos suas reivindicações, sobretudo a de preparar seu regresso.

Fiquei ali durante um tempo. Trabalhava com homens, na colheita de feijão, amendoim e milho das cooperativas; a equipe de campo era formada por um mestiço, um Ixil* e eu, que sou Mam, servindo de intérprete para o meu povo. Nas comunidades, depois da reunião com os homens, as mulheres Mam se aproximavam e me diziam: “E você, por que só conversa com os homens? Por que não conosco, também? Se não nos informam nada, não sabemos como está o país, a situação, nada. Só sentadas em casa, nada podemos fazer. Queremos uns vinténs, fazer algo. Por que não trabalha conosco?” Disso originou-se meu interesse em mim, como mulher, e nelas, e também na Madre Tierra², em 1988.

Começamos a formar grupos de mulheres nos acampamentos de Campeche, Quintana Roo e Chiapas. Essa história começou, de fato, com as refugiadas Mam, em Campeche. Cada uma cedeu um ovo de galinha para vender, a fim de conseguirmos o capital inicial para fazer pão. Mas necessitávamos de um forno grande e elas resolveram pedir ajuda aos homens para construí-lo. “Traremos nossos maridos e falaremos com eles em conjunto. Diremos

que também queremos trabalhar em grupo, fazer pão para vender e ter uma renda.”

E, de fato, as 25 mulheres trouxeram seus maridos. Eu não estive nessa reunião, mas as companheiras me relataram. Um deles argumentou: “Ah, pobres mulheres! Nós, que somos homens, por acaso estamos conseguindo algo? A cooperativa tem muita dificuldade e nos está devendo, e, às vezes, nem temos podido trabalhar direito. E vocês, que são mulheres, o que vão poder fazer?” As recusas começaram com outros três e, então, os demais acompanharam: “E a comida? E os filhos? Como fica tudo isso se vocês querem trabalhar? Não, não, não vou dar permissão”. No final, restaram apenas uns três casais.

Voltei uns cinco dias depois dessa reunião, e as mulheres estavam cabisbaixas. Encontrei a líder do grupo muito triste em sua casa: “Nossos maridos já nos dividiram, o grupo não existe mais. Só restamos eu e Juana. Porque os homens disseram que vão nos pegar, se nos virem juntas”. Mas ela acrescentou: “Mas agora já somos cinco outra vez”. Como todas iam buscar água nas bicas, ali puderam se comunicar e ser incentivadas: “Vamos continuar! Vamos continuar!” E três delas concordaram.

O mais bonito foi que, se o grupo havia sido destruído, o forno estava pronto ao meu regresso! “E agora, quando chego, os senhores estão fazendo um forno?” Eram uns cinco trabalhando e disseram-me: “Sim, é das mulheres”. Comentei com a companheira: “É verdade, o forno está pronto”. Mas ela me confidenciou: “Sim, já, mas se você soubesse a história desse forno...”. Fiquei curiosa e ouvi a história:



* Ixil, Mam, K'iche, Q'eqchi', Kanjobal e Kaqchikel são grupos étnicos da Guatemala, que descendem dos maias, cada qual com seu idioma. (N. T.)

“Como agora é lua cheia, demos o jantar e pusemos os filhos para dormir, às 7 ou 8 da noite, e andamos às escondidas por aí catando pedras, todas as noites. Já durante o dia, combinávamos e saíamos para buscar madeira e cortar os paus”. Na verdade, então, elas começaram a fazer o forno. A companheira continuou: “Quando as outras viram o que estávamos fazendo, outras cinco se juntaram a nós e ficamos em dez”. Puseram pedras, terra e tudo mais, e depois levantaram a mesinha do forno. “Começamos a fazer o forno, mas, como não sabemos fazer forno de pedra redondo, ao chegarmos na metade, ele caía”.

Como eu estava trabalhando com os homens na cooperativa, eles sabiam da minha data de retorno. Uma semana antes, envergonhados por terem deixado as mulheres fazendo o forno sozinhas e com medo do que eu pudesse dizer, decidiram ajudar. Não foram todos, mas uns cinco que, por vergonha, completaram o alto do forno.

Mas isso foi o começo. Sabíamos que tínhamos de nos preparar. Como mulheres, era enorme nossa dificuldade de acesso aos espaços, aos recursos. E quando chegaríamos à universidade, se nem ao menos sabíamos ler e escrever? Disso surgiu, já em 1993, a idéia das Escolas de Mulheres Lideranças. Decidimos preparar-nos por nossa própria iniciativa. É certo que o Acnur [Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados], o Serviço Jesuíta a Refugiados e outras ONGs nos ofereciam oficinas sobre gênero, educação sexual, saúde mental, e assim por diante. Mas elas aconteciam esporadicamente e precisávamos daquelas destinadas a fortalecer uma organização, a nos dar uma formação sistemática, sustentada por três eixos: o conceito de organização; o significado de ser dirigente; a atitude dentro da organização. Havia atitudes algo



patriarcais de direção, como a de dominar os demais, que não desejávamos repetir.

Começamos a gerenciar uma escola com muita dificuldade, mas tivemos o primeiro apoio externo, como Madre Tierra, de um governo local autônomo da Espanha. A Escola de Formação e Capacitação de Mulheres Indígenas e Camponesas concentrou-se em Organização Comunitária, Educação Popular, Empresas Populares e Gênero Básico. Criamos o nome “Gênero Básico” na intenção de compreender o conceito de gênero e de definir como desejávamos que ele se traduzisse para nós, pois tínhamos muita dificuldade de interpretá-lo. O significado não podia ser encontrado nem em cada uma nem no grupo. Essa oficina gerou espaço para analisá-lo e saber como trabalhar a questão da equidade. Tivemos, de fato, o apoio dos livros, de documentos e de bibliografia, mas nos esforçávamos mais para construir nossos próprios conceitos.

Quanto à matéria de Organização Comunitária, em que se trabalhou o Papel de Liderança, também nela utilizamos as experiências das anciãs para chegarmos a como deve ser desempenhado esse papel. Outro foco de estudo foi o de Empresas de Mulheres, porque queríamos manter nossos projetos; não os deixamos de lado, por mais que fracassássemos. Víamos os fracassos como uma aprendizagem. Se não sabíamos, queríamos aprender a trabalhar projetos produtivos de mulheres e a tocar essas empresas, que depois passamos a chamar de Empresas Populares. Elaboramos um manual de Empresas Populares, outro de Organização Comunitária e outro, ainda, de Gênero Básico. Eles são a sistematização das idéias das mulheres, com base na Escola. Isso nos ajudou muito, para estabelecer os objetivos, saber como evitar que a administração se corrompesse, como realizá-los, quem os

assumiria, como fiscalizar o funcionamento, quem iria fazer a contabilidade. As companheiras que são hoje dirigentes da Madre Tierra saíram dessa escola

Em agosto de 1993, a Madre Tierra já era uma organização sólida com os grupos dos três estados. Foi quando começamos a planejar o que fazer a curto e a longo prazos, e o retorno, que era um ponto importante. Passamos a nos concentrar no retorno. Originalmente tínhamos em mente ir para Ixcán, para as terras de onde havíamos saído, pois o governo guatemalteco ainda não permitia o regresso à Costa Sul.

O RETORNO

A Madre Tierra surgiu de um processo de migração, de deslocamento. O retorno³ foi como uma segunda etapa de aprendizagem de nossa instituição. Depois de viver como refugiados, na volta à terra natal tem-se uma esperança. Para as mulheres da Madre Tierra, a esperança principal é o direito às terras e poder contribuir para a mudança. As companheiras diziam: “Precisamos voltar à Guatemala a fim de contribuir para a mudança, e não para vivermos a vida de antes, de opressão, de discriminação como mulheres”. O plano é que a Madre Tierra integre as comissões de gestão de terras, como parte das Comissões Permanentes⁴. Lembro-me de alguns companheiros dizendo, em uma assembléia realizada para definir a equipe de gestão: “Pois é, que bom que as companheiras estão no grupo, porque elas servem para fazer a comida, lavar a roupa”. Então a companheira Raquel se levantou, pegou o microfone e protestou: “Companheiros, nós não estamos aqui para fazer comida e lavar roupa. Queremos



participar do processo de gestão e negociação das terras”. Foi um tiro certo. Era essa a intenção, e as companheiras foram admitidas: assim, entraram na equipe uma representante da Madre Tierra de Chiapas, uma de Campeche e outra de Quintana Roo.

Todas as mulheres são da zona nordeste do país, mas aspirava-se a chegar a uma área na Costa Sul que pertencera a latifundiários⁵. E isso também foi uma grande conquista, pois negociou-se a base de crédito⁶ e assim se deram os primeiros retornos à Costa Sul⁷, onde a Madre Tierra teve a oportunidade de se instalar, de maneira organizada, com projetos e trabalhos. Essa integração foi outra aprendizagem, pois chegou-se a uma região nova, que as famílias e as mulheres desconheciam. Nas fazendas, só havia as casas dos proprietários e, como eram fazendas de gado e de algodão, já não tinham muita vegetação. No refúgio, igualmente, as pessoas não encontraram nada e tiveram de construir. Depois de terem deitado raiz, voltaram a arrancar as plantas e regressaram à Guatemala, onde tiveram de semear novamente e fazer barracas de náilon para morar. Em vista disso, a Madre Tierra tomou a iniciativa de construir um armazém de víveres com um fundo de 140 mil quetzales*. Em um ano e meio as mulheres já tinham recuperado 70% desse capital. O armazém tornou-se auto-sustentável, e o gado também, pois conseguiram ter 170 cabeças.

A Madre Tierra é também uma semente de mudança. As mulheres dizem: “Vejam, vamos voltar à Guatemala, mas não para viver a vida de antes. Queremos ir e crescer na Guatemala, compartilhar nossas experiências com outras mulheres



* Quetzal: moeda guatemalteca. (N.T.)

e para que também elas possam trabalhar conosco”. Esse sonho realizou-se, porque de fato se regressou à Guatemala, mesmo que somente para três comunidades: Nuevo México, La Lupita e El Carmen. Fizeram-se encontros e convidaram-se as mulheres das comunidades vizinhas, que, no começo, se aproximavam dizendo: “Ah, é uma organização importada, com mentalidade mexicana. Vocês se agarraram a isso, e na Guatemala não é assim”. Ao que respondíamos: “Desculpem, mas não é importada. É nossa iniciativa. Só estivemos refugiadas no território mexicano, mas lá fizemos nossa organização e regressamos com o objetivo de ficar e de trabalhar aqui na Guatemala”. É claro que, então, compartilhando nossas experiências, as companheiras locais foram se interessando. E elas também tinham seus interesses e seus grupos formados. Esse foi um processo de muitos encontros. A Madre Tierra fez seu diagnóstico, para redefinir seu trabalho aqui na Guatemala, estudou dez comunidades (as três de retornadas e as dos arredores) e oito decidiram integrar-se nela.

Já para as mulheres Ixiles o processo é outro. Em 2000, tivemos a oportunidade de administrar novamente a Escola de Lideranças Mulheres, que foi aberta e integrou organizações de outros departamentos* que solicitaram apoio à Madre Tierra: Sololá, Petén, Huehuetenango, Chimaltenango, Nebaj e El Quiché, além dos de Chiquimula, Alta Verapaz, Suchitepéquez e Escuintla. Cobrimos, então, onze organizações em nove departamentos. São oferecidas dez oficinas em dois níveis – avançado e principiante –, e as organizações já estão se consolidando com as novas lideranças formadas na Escola. Nas regiões onde não



havia organização, convidamos mulheres interessadas e elas começaram a criar as suas. É o caso da Estrella Tz’utujil, de Sololá, que se fortaleceu com cinco comunidades. A Madre Tierra deu-lhe um acompanhamento inicial até que fizesse seu plano e, desde então, caminha sozinha. O mesmo acontece também em Huehue e em San Sebastián, onde as mulheres são Mam e, no ano passado, terminaram seu plano estratégico. A Madre Tierra administrou um projeto para que construíssem sua sede. As de Río Squisal já têm seu centro de capacitação de dois pisos, depois de dois anos de formação na Escola com acompanhamento pela Madre Tierra.

Em 2003, Nebaj ganhou uma Escola Regional, modalidade que a Madre Tierra começou a colocar em prática. Escolas regionais são pensadas para fortalecer mais mulheres nas comunidades. De duas oficinas em Nebaj saíram mulheres para quatro organizações, aglutinando 21 comunidades e com 675 sócias, mas ainda em fase de início. A Madre Tierra não pretende expandir-se com esse mesmo nome, mas contribuir para lançar a semente e fazer crescerem as organizações em todos os cantos, a fim de que trabalhem conjuntamente. Agora o sonho é, uma vez tendo organizações irmãs, podermos nos unir em uma luta nacional de mulheres rurais.

Estimula-se a participação das mulheres nos espaços políticos em âmbito nacional. Temos uma aliança de mulheres retornadas: Mama Maquín, Ixmukane e Madre Tierra, e estamos lutando pela co-propriedade da terra e pela participação das mulheres, tanto nacional como localmente, na tomada de decisões. Mas, primeiro, preparamo-nos a nós mesmas, adquirindo condições em nível local, para depois darmos o outro

* Departamento: na Guatemala, como em outros países, divisão política sob uma autoridade administrativa. (N.T.)



salto, que é a luta nacional, de forma mais consolidada, e creio que já o conseguimos. E a Madre Tierra também está aliada às organizações mistas da CNOC⁸.

ETNICIDADE, REFÚGIO E RETORNO

Tivemos muitas mudanças durante o refúgio, algumas positivas e outras que nos afetaram. No aspecto étnico, vivemos um lapso, porque no refúgio não podemos usar nossos trajes. Embora isso fosse possível nos acampamentos, não havia mais tela e fios para fazer os trajes, pois as condições econômicas não permitiam; era mais fácil comprar um vestido, uma calça, ainda que de *paca*⁹, que são realmente mais baratos. E as refugiadas dispersas não podiam usar seu traje e falar seu idioma. Isso teve tanta ressonância que nos desligamos desse laço comunitário natural. Obviamente perdemos muitos valores a partir dos filhos, principalmente o idioma, pois eles não aprenderam a falá-lo. Algumas comunidades se mantiveram unidas e preservaram seus idiomas, mas muitas não¹⁰ e, quando regressam, já estão desabitadas. Nas comunidades da Madre Tierra – à exceção da de El Carmen, onde se preserva o traje e o idioma Mam, e alguns, como o Kanjobal e o Kaqchikel, porque se mantiveram em grupo e voltaram em grupo –, as jovens já não usam o traje, só falam o idioma. Somente quando regressam é que tratam de retomá-lo, mas é muito difícil para as moças, tanto quanto para as mães, recuperar todo seu ser. Atualmente, a Madre Tierra é composta por cinco grupos étnicos – Mam, K'iche', Q'eqchi', Kanjobal e Kaqchikel – e por mestiças. As mestiças são talvez uns 20% e as Mam, por volta de 50%.

De fato, no refúgio, nenhuma instituição trabalhou a questão da identidade étnica; preocupou-se mais com a sobrevivência, o

retorno e a equidade de gênero. A identidade étnica nunca foi considerada. Apenas ao regressar, as mulheres se dão conta de que aqui está sua família, seu povo, sua gente e seu traje. Algumas oficinas, como as do Oxfam Australia¹¹, de Gênero e de Cosmovisão, são aproveitadas para ajudar a entender um pouco mais nossa situação. O mesmo se pode dizer das oficinas de formação do Centro Maia Saqb'e¹², das quais participaram mulheres da Mama Maquín, Ixmukane e Madre Tierra. As companheiras que os freqüentam começam, já no processo de formação, a comprar seu traje, a querer reaprender o idioma ou a melhorar nele. Assim, reconhecemos nossa raiz para podermos visualizar para onde vamos, como mulheres e como indígenas. Uma vez conhecendo sua história e sua raiz, as pessoas passam a buscar o entendimento como uma mesma sociedade, uma mesma vida, uma verdadeira vida. Essas oficinas nos ajudaram a fixar-nos, o que também serviu para visualizarmos o caminho a seguir a fim de continuarmos contribuindo para essa mudança social.

AS MÚLTIPLAS NEGOCIAÇÕES ENVOLVIDAS EM SER MULHER, ESPOSA, MÃE E DIRIGENTE

Ser mulher dirigente tem um ônus diferente do que suportam os companheiros homens de direção. O papel da mulher sempre foi ligado à cozinha, aos filhos e à família. Obviamente, então, ela, enquanto dirigente, tem de se superar. A participação em grupos, o trabalho exigido, a presença em reuniões, ausentar-se da



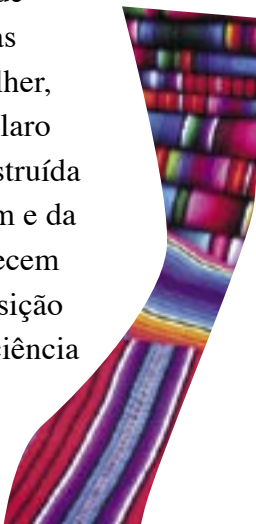
comunidade e integrar-se em processos de gestão e negociação ou de reivindicações exigem que abandone ou adie suas responsabilidades históricas de cuidado da casa e da família. Creio que, nestes tempos, participar não deve de ser somente um custo, mas um direito também. No entanto, é custoso deixar a família e a casa. Muitas das dirigentes já perderam o companheiro. E muitos companheiros criticam: “Muito bem, vocês vivem falando de equidade de gênero e de luta das mulheres, e a maioria já não tem marido. De que raiz estão falando?” Alguns chegaram a dizer que a mulher desintegra sua família. Certamente muitas se separaram, mas essa é uma visão curta, porque, na situação em que vivemos, as mulheres também podem participar ao lado de seus companheiros. Se essa situação fosse diferente, com igualdade e justiça, não nos sentiríamos obrigadas a abandonar esse papel tão bonito, de estar com os filhos, fazendo comida, lavando ou mesmo descansando quando temos vontade.

Alguns companheiros, em vez de nos apoiarem, vêem nossa luta como se ela fosse feita para desintegrar a família, e não é esse nosso objetivo. A cooperação dos companheiros viria fortalecer nossas famílias e construiríamos uma sociedade diferente. Mas eles apenas reclamam da comida que não foi feita, dos filhos que estão abandonados, e assim por diante. Se não há compreensão entre o casal, a relação começa a deteriorar-se e torna-se impossível sustentá-la, porque o companheiro continua fazendo essas cobranças. E ele vai buscar outra mulher, outra companheira, porque não tem claro que a mudança social tem de ser construída a partir da própria família, de cada um e da sociedade. Muitos companheiros carecem do entendimento da grande decomposição da sociedade. Homens que têm consciência



da necessidade de mudar a sociedade são raros. Conheço algumas poucas exceções, homens que entendem que um futuro se constrói hoje, e não amanhã, e a partir de si próprios e da família, contribuindo conjuntamente para a construção de uma sociedade diferente. Quando aparece um companheiro novo, com uma atitude diferente, falando em construir uma vida diferente, os demais começam a hostilizá-lo. E nisso somos todos parecidos, tanto os ladinos (mestiços) como os indígenas, as mulheres como os homens andamos de mãos dadas com o machismo.

Tive uma experiência semelhante com meu companheiro¹³. Quando estávamos no refúgio, conheci um homem diferente: colaborava comigo, me apoiava e nos solidarizávamos em todo o processo de luta das mulheres e pelo retorno. Mas, quando retornamos à Guatemala, ele começou a se reintegrar em sua comunidade, na família, com os amigos, e retomou a vivência do machismo. Nessas comunidades, obviamente não houve mudança, vive-se da forma de sempre. Ele passou a embriagar-se, coisa que não fazia no México, e, quando discutíamos a respeito, argumentava: “No México, éramos diferentes, estávamos refugiados. Agora estamos aqui e eu sou guatemalteco e maia, sou indígena, portanto vou agir como os indígenas”. A reintegração foi, pois, para uma sociedade decomposta; daí a retomada do machismo: “Por que você vai a reuniões?” Ele não havia manifestado esse ciúme antes; tínhamos confiança um no



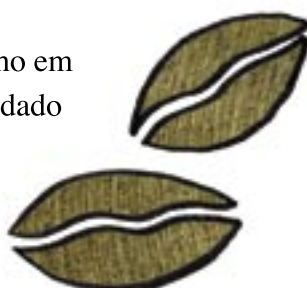
outro. Para mim, significou um retrocesso; para ele, retomar os costumes de seu povo. Infelizmente muitos companheiros readquiriram costumes negativos e se esqueceram dos novos, que nossos pais, nossas comunidades assimilaram em vinte anos de luta.

No refúgio, meu companheiro lavava a roupa das crianças e a minha. Costumávamos nos revezar nessa e em outras tarefas, para podermos sair, cada um por sua vez. Numa das ocasiões em que ele lavava roupa, chegou um companheiro indígena, que também era dirigente e com quem dividíamos a casa. Ao ver roupa minha nas mãos de meu companheiro, ele lhe disse rudemente: “Mas nem que fosse a roupa de uma velha”. E continuou com as grosserias, perguntando por que ele havia se deixado dominar. Não presenciei a conversa, mas, ao me dar conta de que meu companheiro já não lavava minhas roupas, mas só as das crianças, perguntei-lhe por quê. Foi quando ele me contou o ocorrido. E, por mais que tenhamos discutido a respeito, sentia-se tão envergonhado, tão agredido, e somando o fato de vivermos com esse companheiro, ele nunca mais lavou minhas roupas. Depois disso, começou a deteriorar nos trabalhos e descambou no machismo. Decidimos, então, pela separação, pois ele não mais me completava, não era mais o mesmo homem de quando o conheci. Falei com companheiros mais esclarecidos a respeito dessa pressão da sociedade sobre os homens que mudaram seus costumes, e eles comentaram que são hostilizados por outros companheiros, por seus amigos, por pessoas conhecidas, sendo até mesmo tratados como se fossem mulheres ou efeminados.

Resolver os problemas de pedacinho em pedacinho é como remendar o remendado ou remendar telas velhas: em vez de

resolver, piora a situação. A mudança tem de ser realmente mais profunda; temos de aprender a pensar no tipo de vida que buscamos. Temos de saber se o que queremos realmente é uma vida de justiça ou uma vida remendada. Por exemplo, de que vale dizer: “Bom, vou respeitar a mulher, mas continuo sendo violento”, ou seja, “Não discrimino mais, porém continuo nos maus costumes”? Será muito difícil mudar a sociedade se continuarmos pensando parcialidades. Precisamos de uma educação social, mas a partir da limpeza do coração e da mente. Temos de encontrar essa mudança profunda em nós mesmos. Que mudança podemos pedir se não a estamos vivendo pessoalmente? Quantos de nós estamos dispostos a mudar nosso coração e nossa mente? Mas vivamos isso agora mesmo para podermos dizer: “É assim que deve ser a mudança; façamo-la desta maneira”, e teremos famílias e comunidades nesse outro nível de mudança, com justiça, sem discriminação, machismo, violência, maus costumes, roubos, assassinatos, maus-tratos em nossas famílias.

Se estivermos dispostos a mudar individualmente, para que necessitaríamos fazer marchas e tantos projetos? E, se as mudanças se perdem no nada, pois a sociedade não se modificou, simplesmente é porque não há essa disposição. A educação tem de ser integral, tem de ser da família. Mãe, filho, filha, pai, juntos, refletindo internamente em cada família: o que os torna injustos? O que faz com que uma sociedade seja enferma? Que pontos nos afetam? E, da lista de injustiças, de quantas estou impregnado e até que ponto estou disposto a extirpá-las de minha vida e de meu procedimento? Cada qual deve se questionar a respeito disso e depois avaliar-se. Claro que nossas autoridades teriam de aceitar a justiça, mas construída desde

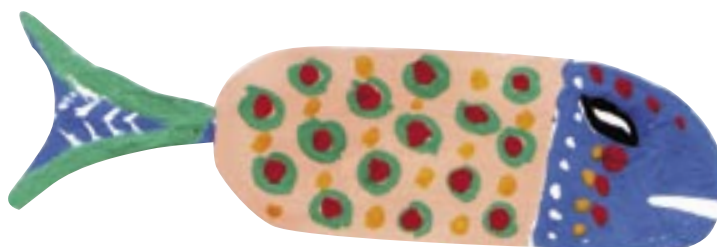


os diferentes níveis, da família até nossos governantes. Para que seja real – e não só teórica, de palavra, documentos, projetos e discursos –, ela tem de ser sentida do fundo do coração e nos levar à verdadeira paz, uma paz que se viva, se apalpe, se sinta, e não a que permanece como sonho, pois a justiça que se busca, a nova vida, está distante. Ela só é almejada, isto é, “queremos” mudar a sociedade no futuro, mas onde se situa esse futuro? Quem sabe? Não colocamos prazo para nossas metas. Mas, se estamos dispostos a essa mudança agora, quantos somos? Cheguemos a um acordo, na família, na comunidade ou na organização, para começar, e talvez possamos realmente ser uma pequena luz para acender por todos os lados. Acredito nisso, porque, caso contrário, vamos seguir fazendo remendos e remendos, e nunca mais terminaremos de remendar o que há de velho, se o que queremos construir é algo novo, uma tela nova.

A Madre Tierra encaminhou sua luta na defesa da dignidade da mulher, mas faltamos construir a nós mesmas, primeiro. Estamos buscando a forma da mudança, mas é preciso realmente que todas mudem, que nos respeitemos, que haja compreensão nas juntas diretivas, fraternidade geral, entendimento entre sócias, porque às vezes acontecem problemas cotidianos nas próprias comunidades. Esse é o ponto que queremos aprofundar mais e colocamos à Madre Tierra: que tipo de semente queremos ser? Queremos realmente contribuir para a sociedade? Analisando essa questão, várias companheiras dirigentes lembraram os doze anos percorridos, os êxitos e avanços conseguidos como mulheres. Mas como estão nossos maridos e nossos filhos? Nossos filhos? Muitos viciados, muitos no crime. Nossos maridos? Muitos no alcoolismo ou

até mesmo na prostituição. A dignidade da mulher não será respeitada se a dignidade do homem e da família não for recuperada. Muitas de nós queremos agora trabalhar na recuperação de valores, como a justiça.

Ser mãe e dirigente é, portanto, bem complicado neste momento. Se a mulher tem de deixar seus filhos e não tem o apoio do companheiro, as coisas se tornam duplamente complicadas. Ela tem de assumir o cuidado total dos filhos e o trabalho como dirigente. Quanto a mim, sinto-me realmente dividida, mas não culpada. Se há algo que tenho podido desfrutar em minha vida é a satisfação pelo que faço. Para mim foi tudo maravilhoso. Todas as dificuldades que passei e, além disso, os êxitos que consegui foram muito enriquecedores. E os passos que dei foram a caminho de algo que pode ser útil. Isso foi muito importante para mim, fez-me realmente viver a vida com tudo o que ela significa neste momento: uma vida meio escura e meio clara; não ainda com essa luz que sonhamos, mas que vivi e da qual não me arrependo. Senti-me dividida, sim, porque queria estar com meus filhos e, ao mesmo tempo, trabalhar na Madre Tierra. Minha vida são também meus filhos, e eles reclamavam isso às vezes. Mas os valores que nossos pais inculcam e a crença em um Criador que nos acompanhou sempre permitiram que meus filhos, agora mais crescidos, compreendessem e assumissem, também, sua contribuição. E eles contribuem comigo quando se cuidam. Meus irmãos e minha mãe também me apoiaram muito. Eles respeitam meu trabalho e a Madre Tierra. É uma sorte





minha, que nem todas as mulheres têm, a ajuda de minha família, que sempre ficou unida e preocupada, não só comigo, mas com outros irmãos e irmãs, que às vezes não podiam estar com os filhos.

Temos de aprender a ser ambas as coisas: mãe e dirigente. E não se pode ser mãe e, às vezes, nem dirigente por inteiro. Nesse processo, dediquei-me mais ao trabalho social do que a meus filhos, mas depois percebi que precisava dar valor também ao que é meu. Por isso ultimamente tratei de equilibrar meu tempo: metade com meus filhos e metade com a organização. Isso é um pouco difícil, porque me custa as duas coisas, mas posso estar e compartilhar mais com meu filhos, e as companheiras me deram a oportunidade de descansar um pouco do trabalho da organização.

O SONHO PARA O FUTURO

Meu sonho é de uma sociedade justa, de comunidades e suas famílias apostando realmente em uma vida diferente, com justiça, de que acabe a violência intrafamiliar, de que se viva em plenitude

e de que se possa enfrentar a injustiça. E, se podemos contribuir para realizar esse sonho, vamos fazê-lo. Quero ficar com minha família, com meus filhos, que eles cresçam e se tornem capazes de caminhar sozinhos, e que eu então possa integrar-me um pouco mais, continuar trabalhando e contribuindo, em processos de aprendizagem, mas também colaborar para uma mudança, para conquistar a Vida que se deseja, porque talvez aquela que vivemos seja meia-vida ou talvez nem isso. Precisamos construir a vida a partir da justiça, da equidade tanto de gênero, entre os grupos étnicos, entre os pobres, como social, numa sociedade com menos exclusão. Mas isso tudo em nosso próprio ritmo, não em um ritmo que não seja o nosso, porém o de mulheres indígenas e rurais. Foi essa a contribuição das companheiras da Madre Tierra em seu conjunto, de apoiar e trabalhar com outros grupos de mulheres, para que, como disse uma companheira, nossos cantos, como os dos passarinhos, sejam ouvidos em todos os rincões da Guatemala, um canto de justiça, um canto de uma vida digna.



Notas

¹ Os refugiados chegaram a Chiapas e formaram os acampamentos. Em meados da década de 1980, o governo mexicano, por razões de segurança e de fronteira, tratou de transferir todos os refugiados para Campeche e Quintana Roo, mas alguns se negaram a trasladar-se.

² A Madre Tierra é uma das três organizações de mulheres refugiadas no México. Ana María faz referência às outras duas, Mama Maquín e Ixmukane, em sua entrevista, mas, por problemas de espaço, concentrei-me na Madre Tierra.

³ O retorno se refere aos grupos de refugiados que regressaram de forma organizada à Guatemala: 22.905 utilizaram essa modalidade, a maioria dos quais voltou ao nordeste do país, principalmente para Ixcán; 20.798 se repatriaram, isto é, chegaram ao país de forma individual; outro grupo decidiu integrar-se ao México.

⁴ As Comissões Permanentes de Refugiados Guatemaltecos no México (CCPPs), integradas por re-

presentantes dos acampamentos de Chiapas, Campeche e Quintana Roo, foram formadas para negociar as condições do retorno à Guatemala. Compôs-se uma instância tripartite de negociação: refugiados, governos (do México e da Guatemala) e entidades internacionais (o Acnur, da ONU, e agências de cooperação internacional). Em 8 de outubro de 1992, foi firmado um acordo global sobre o retorno organizado e coletivo entre as CCPPs e o governo da Guatemala. Um dos pontos principais do acordo foi a garantia de acesso à terra, sendo essa terra a que antes pertencia aos refugiados ou nova terra comprada com créditos praticáveis. Com base no acordo global, negociava-se a terra para os grupos organizados de refugiados. O primeiro retorno organizado foi para a Comunidad Victoria, em 20 de janeiro de 1993. Nas CCPPs só havia homens, daí que as organizações de mulheres refugiadas, Madre Tierra, Mama Maquín e Ixmukane, não podiam integrar-se nas negociações.

⁵ Na Costa Sul estão as terras mais férteis do país. Cabe assinalar que, durante a longa estada de cerca de quinze anos no México, as terras originais da maior parte dos refugiados foram apropriadas por outros, fossem militares e ex-patrulheiros de autodefesa civil (moços das comunidades organizados pelo Exército para servir de amortecedor entre ele e a guerrilha), familiares ou outros membros das comunidades. Essa situação ilustra o conflituoso tema da posse da terra em âmbito local, não só nacional. Houve muita resistência dos grandes latifundiários aos retornos à Costa Sul, e o governo argumentava que o preço da terra nessa zona era demasiado elevado para admitir retornos.

⁶ Em outras partes do país, o crédito para a compra de terra aos refugiados foi dado sob a condição de que o pagamento fosse feito a um fundo que se destina a investimento na comunidade. O governo não aceitou esse sistema na Costa Sul, a compra foi feita a crédito baixo. Depois de

muitos anos de negociações, conseguiram que o governo reduzisse a dívida.

⁷ O primeiro retorno à Costa Sul deu-se em abril de 1995, à fazenda La Providencia, em Escuintla (Comunidad Nuevo México). Posteriormente se deram dois retornos com maior participação ativa da Madre Tierra: em novembro de 1995, à fazenda La Lupita, e em 1997, à fazenda El Carmen, ambas em Suchitepéquez.

⁸ CNOC: Coordinadoria Nacional de Organizações Camponesas.

⁹ Na Guatemala, *paca* é a roupa de segunda mão que vem dos Estados Unidos.

¹⁰ A maioria das novas comunidades de retornados foram formadas por pessoas e famílias de diferentes partes do país e de diferentes acampamentos no México. Tiveram de formar a comunidade, já que não haviam vivido juntas antes.

¹¹ Naquele tempo, eu era representante regional do Oxfam Australia e impulsionamos um programa educativo traduzido para o Kaji'E e depois para o Pop N'oj, com oficinas, entre outras, de Cosmovisão e Gênero.

¹² O Centro Maya Saqb'e (Caminho Claro), em Chimaltenango, realizou seu primeiro curso, "Gestão Política Maia", para organizações indígenas em 2001. O Saqb'e também teve importante empenho em trabalhar o tema de "Cosmovisão e Saúde Mental", nas exumações de milhares de indígenas massacrados e enterrados em cemitérios clandestinos durante o conflito armado interno.

¹³ Ana refere-se aqui a outro companheiro, e não ao pai já mencionado de sua primeira filha.



